RELATÓRIO PARCIAL DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO- CPA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE ALAGOAS

MACEIÓ/AL

MARÇO/2022

Representantes do segmento docente
Giulliano Aires Anderlini
José Roberto de Oliveira Ferreira

Representantes do segmento discente
Edson Gabriel de Lima Lopes
Alanne Carolayne Loureiro Lino

Representantes do segmento técnico
Mona Lisa Barros Camêlo
Soraya Ferreira da Costa

Representantes da comunidade externa
John Victor dos Santos Silva
Ahyas Sydcley Santos Alves

Secretaria
Janilce Marinho do Bomfim

Coordenação
Angela Lima Peres

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO *2*

1.1 Dados Gerais e Históricos da Uncisal 2

1.2 Avaliação Pedagógica e Institucional 7

1.3 Políticas gerais de autoavaliação e da Comissão Própria de Avaliação 8

2 SÍNTESE DOS ACHADOS ANTERIORES E AÇÕES DE MELHORIA *10*

3 METODOLOGIA *12*

3.1 Natureza de pesquisa 12

3.2 Instrumentos 12

3.3 Métodos e Procedimentos 13

3.4 Tratamento dos Dados 14

3.5 Divulgação dos Resultados 14

3.6 Perfil dos participantes 15

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES *17*

4.1 Percepções do segmento docente e discente quanto às políticas acadêmicas com ênfase nos processos de ensino e aprendizagem. 17

4.2 Percepções docentes e discentes - análise qualitativa 32

4.3 Avaliações do segmento técnico-administrativo. 33

4.6 Percepções do segmento técnico-administrativo - análise qualitativa 42

5 INICIATIVAS A SEREM DESENVOLVIDAS PELA CPA *43*

6 LIMITAÇÕES DA PESQUISA E DA CONFECÇÃO DO RELATÓRIO PARCIAL *44*

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS *45*

REFERÊNCIAS *45*

1 INTRODUÇÃO

O presente documento apresenta o relatório parcial do processo de autoavaliação institucional (AI) da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL), referente ao ano de 2021, elaborado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) em consonância com a Legislação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e orientações definidas na Nota Técnica INEP/DAES/CONAES Nº 65 de 2014.

O processo de autoavaliação institucional destina-se à análise do desempenho da instituição, não como um fim em si mesmo, mas como influência nos processos decisórios da gestão, promovendo a reflexão crítica para transformação da realidade.

Nesse contexto, a Comissão Própria de Avaliação da UNCISAL tem priorizado esforços de sensibilização com a finalidade de estimular o desenvolvimento de uma cultura avaliativa, reconhecida como um processo fundamental para que a instituição possa, de fato, transformar continuamente sua trajetória na direção de seus objetivos estratégicos.

A institucionalização de um processo autoavaliativo é um desafio, mas principalmente uma oportunidade de amadurecimento e evolução da universidade. Envolve o conhecimento de potencialidades e fragilidades e reforça constantemente a necessidade da identificação, domínio e valorização de competências organizacionais. Ao se apropriar das fragilidades e potencialidades da instituição é possível programar ações de melhorias mais efetivas, buscando que os resultados planejados estejam alinhados com a missão da instituição.

Apresenta-se a seguir, os dados gerais da Universidade de Ciências de Saúde de Alagoas e um breve histórico da instituição.

1.1 Dados Gerais e Históricos da Uncisal

A Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL) foi criada pela Lei nº 6.660, de 28 de dezembro de 2005, resultando da transformação da Escola de Ciências Médicas de Alagoas (ECMAL), criada pelo Decreto-Lei Nº 66.320 de 15.03.1970 com o curso de bacharelado em Medicina, o qual iniciou suas

atividades em 1968 sendo autorizado e reconhecido pelo Decreto-Lei Nº 73.754 em 06.03.1974.

O quadro 1 apresenta os dados breves de identificação da Instituição.

Quadro 1 - Dados Breves da Instituição

Nome da IES [1]	Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas
Código	32
Caracterização	Instituição Pública Estadual
Reitor	Prof. Dr. Henrique de Oliveira Costa
Endereço	Rua Jorge de Lima, 113, Trapiche da Barra
CEP	57.010.300
Bairro	Trapiche da Barra
Município	Maceió/AL.
Telefone	(82) 3315-6702
Organização Acadêmica	Universidade
Sítio	http://www.uncisal.edu.br/

Fonte: Autoria Própria.

A ECMAL teve como entidade mantenedora a Fundação Alagoana de Serviços Sociais (FASA) até 1972, quando a Secretaria de Estado da Saúde instituiu a Fundação de Saúde e Serviço Social (FUSAL). Em 1975, a Fundação Governador Lamenha Filho (FUNGLAF) foi criada pela Lei Nº 3.508, tornando-se a entidade mantenedora da ECMAL.

A ECMAL permaneceu com o curso de Medicina até setembro de 1995, quando os cursos de Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional foram homologados pela Portaria Nº 820/95 da Secretaria de Educação do Estado de Alagoas sendo, posteriormente, reconhecidos pelas Portarias Nº 116/2002, N°21/2003 e N° 20/2003, respectivamente. Esta ação teve como objetivo ampliar a atuação da ECMAL no Estado de Alagoas.

Em 9 de janeiro de 2003, por meio da Lei nº. 6.351, a FUNGLAF foi transformada em Fundação Universitária de Ciências da Saúde de Alagoas Governador Lamenha Filho – UNCISAL.

Com a publicação da Lei Nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), as instituições de ensino superior no Brasil passaram a ser submetidas a novos processos de avaliação, regulação e supervisão. Neste contexto, a então Fundação Universitária de Ciências da Saúde de Alagoas Governador Lamenha Filho foi submetida a primeira avaliação

[1] Instituição de Ensino Superior (IES)

externa e recebeu parecer favorável do Conselho Estadual de Educação de Alagoas para ser instituída como Universidade a partir de 28 de dezembro de 2005.

Em 2006 foram criados os Cursos Superiores de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Processos Gerenciais em Negócios de Alimentação, Sistemas Biomédicos e Radiologia, por meio das Resoluções CONSU nº 009/2006, 007/2006, 009/2006 e 006/2006, respectivamente. Posteriormente, estes cursos foram reconhecidos pelas Portarias SEE/AL nº. 743/2010, 232/2009, 788/2010 e 742/2010, respectivamente. Em 2008, o Curso de bacharelado em Enfermagem foi instituído pela Portaria nº. 077/2012 do Conselho Estadual de Educação e reconhecido pela Portaria SEE/AL nº. 077/2012. Até 2016, portanto, a UNCISAL contava com cinco cursos Bacharelado e quatro cursos Tecnológicos. Destes, os cursos de Processos Gerenciais, Sistemas Biomédicos e Análise e Desenvolvimento de Sistemas encontram-se, atualmente, em processo de desativação.

Em 2016, novos cursos Tecnológicos Superiores em Tecnologia em Alimentos, Tecnologia em Segurança no Trabalho e Tecnologia em Sistemas para Internet foram instituídos pelas Resoluções CONSU nº. 20/2016, 21/2016 e 19/2016, respectivamente. Ademais, por meio da Portaria nº. 1.047/2016, do Conselho Nacional de Educação, em 12 de setembro de 2016, a UNCISAL foi credenciada para a oferta do curso superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar na modalidade à distância (EAD).

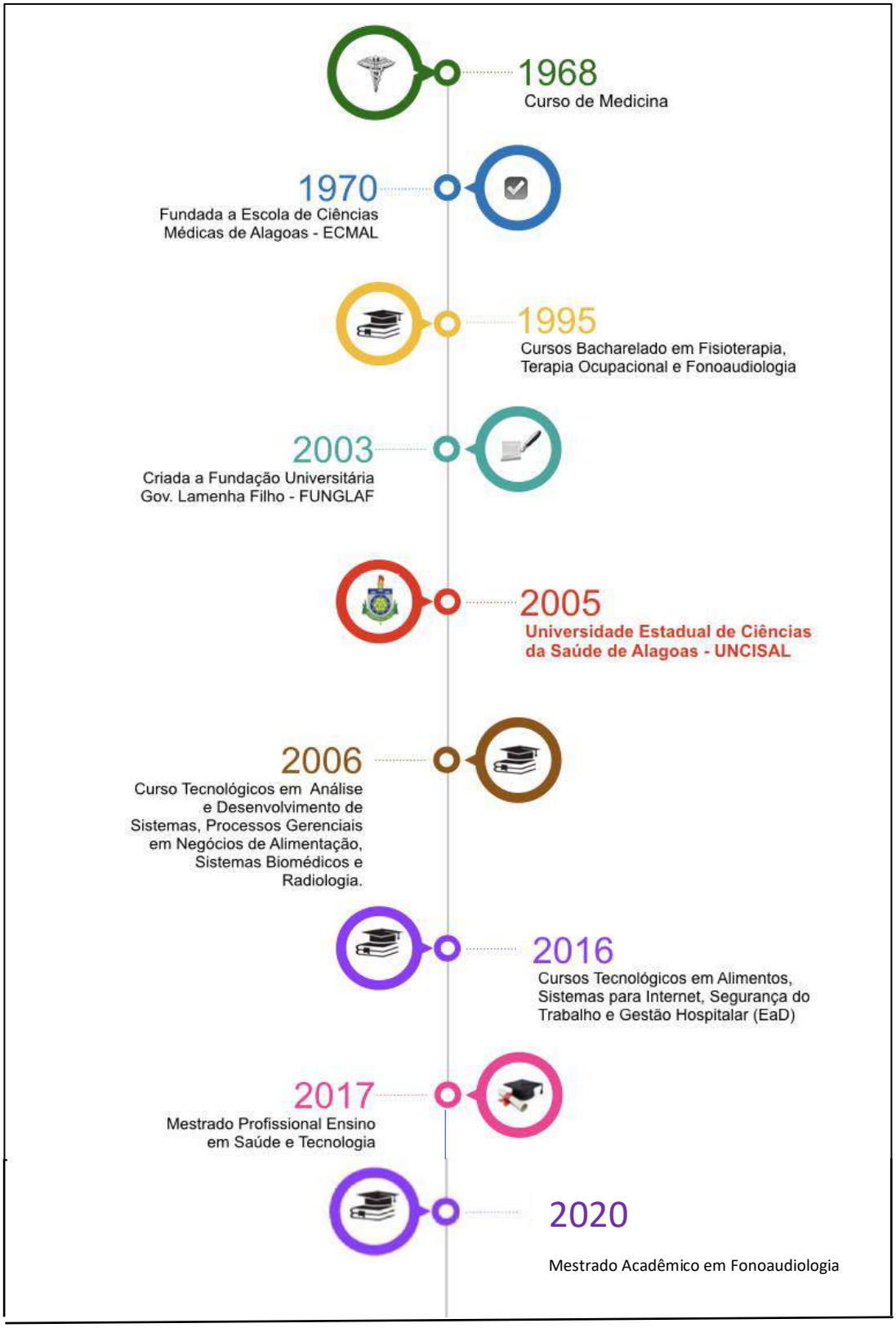
Em nível de formação profissional de nível médio, são ofertados os cursos técnicos em Radiologia e Vigilância em Saúde. A Universidade conta também com cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) de Agentes de Combate às Endemias.

No que concerne ao Ensino de Pós-Graduação, em 10 de agosto de 2017 teve início o curso de Mestrado Profissional Ensino em Saúde e Tecnologia. O curso pertence à área de Ensino e foi recomendado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES com conceito 3. Trata-se do primeiro curso de Pós-Graduação Stricto sensu da UNCISAL.

Em 2020, foi aprovada a adesão da UNCISAL ao Programa de Mestrado em Fonoaudiologia em associação com as universidades federais da Paraíba (UFPB) e (UFRN). Além disso, a Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação tem trabalhado em 3 propostas de novos mestrados para submissão à CAPES em 2022. Sendo uma em Educação, outra em Medicina e, por fim, uma em Enfermagem.

A figura 1 ilustra um breve resumo da história da UNCISAL.

Figura 1 - *Timeline* da história da UNCISAL.



Fonte: PDI 2020-2024.

A UNCISAL responde por uma parcela importante dos serviços de saúde no Estado alagoano. A Universidade possui três unidades hospitalares de atendimento especializado, sendo elas (1) Hospital Escola Portugal Ramalho (HEPR) - único hospital psiquiátrico público do Estado de Alagoas; (2) Hospital Escola Dr. Hélvio Auto (HEHA) – único hospital público de referência no tratamento de doenças infecto-contagiosas em todo o estado e (3) Maternidade Escola Santa Mônica (MESM) - referência estadual em Assistência de Média e Alta Complexidade, no atendimento à gestante e neonatos de alto risco.

A UNCISAL disponibiliza 112 leitos para atendimento à rede materno-infantil, 82 para o tratamento de doenças infecciosas e parasitárias e 160 leitos para tratamento psicossocial à população alagoana.

Além do atendimento nas unidades assistenciais, a UNCISAL conta com as unidades de apoio assistencial: Centro de Patologia e Medicina Laboratorial (CPML), Serviço de Verificação de Óbitos (SVO), Centro Especializado de Reabilitação (CER III), Ambulatório de Especialidades (AMBESP), Centro de Fisioterapia e Reabilitação Esportiva (CEFIRE) e, mais recentemente, o Centro de Diagnóstico e Imagem (CEDIM).

Através de suas unidades, a UNCISAL oferta mais de 100 mil procedimentos por mês aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) em Alagoas, que abrangem, entre outros, a oferta de exames, consultas e internamentos especializados.

A UNCISAL insere os estudantes nos diversos cenários de aprendizagem do complexo de saúde da UNCISAL e estabelece parcerias com o sistema Estadual e Municipal de Saúde que incluem as unidades básicas de saúde e os serviços de Média e de Alta Complexidade do SUS. Espaços estes, que promovem e consolidam a construção do saber significativo à formação do estudante, com vistas a uma interação com as necessidades da população, e o desenvolvimento do processo de assistir pessoas, desde a promoção à recuperação e reabilitação no processo saúde/doença.

A UNCISAL almeja ser reconhecida como referência de qualidade no ensino, pesquisa, extensão e assistência. Na busca para atingir seu objetivo, torna-se imprescindível para a instituição conhecer e atuar no acolhimento das necessidades e na administração de variáveis que se apresentam em seu caminho.

1.2 Avaliação Pedagógica e Institucional

Os processos de Avaliação Pedagógica e Institucional de Instituições de Ensino Superior são norteados pelo CONAES que estabelece diretrizes para a avaliação de instituições de ensino superior, de seus cursos e dos estudantes. As atividades de avaliação devem contemplar a análise global e integrada dos eixos e dimensões dispostas no art. 3° da Lei N° 10.861, que institui o SINAES.

1.2.1 Avaliações Externas

Enquanto Instituição Estadual de Ensino Superior, as avaliações externas da UNCISAL são coordenadas pelo Conselho Estadual de Educação - CEE, que é o órgão responsável por coordenar os processos avaliativos do Ensino Superior do Sistema Estadual de Ensino de Alagoas, sobre pedidos de credenciamento e recredenciamento, autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos de graduação, tecnológicos e sequenciais do seu sistema.

Para a avaliação *in loco*, a Secretaria de Educação através de Setor responsável, indica comissão que compõe o quadro de avaliadores do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), respeitando o perfil dos cursos a serem avaliados.

O quadro 2 demonstra o resumo do ENADE mais recente. Houve melhoria na maior parte dos cursos. Já o quadro 3 demonstra o resumo das últimas avaliações externas realizadas em cada um dos cursos.

Quadro 2 - ENADE - edição mais recente dos Cursos da UNCISAL

CURSO	ENADE
Enfermagem	4
Fonoaudiologia	3
Fisioterapia	5
Medicina	3
CTS em Gestão Hospitalar	4
CTS em Radiologia	2
CTS em Segurança no Trabalho	5
CTS em Sistemas para Internet	4

Fonte: e-MEC.

Quadro 3 - Renovação de Reconhecimento de Cursos da UNCISAL

CURSO	CONCEITO	RESOLUÇÃO
Enfermagem	3	651/2018
Fonoaudiologia	3	650/2018
Fisioterapia	4	003/2018
Medicina	3	07/2019
Terapia Ocupacional	4	002/2018
Licenciatura em Física	Não houve visita	
Licenciatura em Matemática	Não houve visita	
CTS em Alimentos	4	003/2021
CTS em ADS*	3	14/2017
CTS em Gestão Hospitalar	4	24/2021
CTS em Processos Gerenciais*	4	12/2017
CTS em Radiologia	3	15/2017
CTS em Segurança no Trabalho	4	002/2021
CTS em Sistemas Biomédicos*	4	13/2017
CTS em Sistemas para Internet	4	60/2019

Fonte: Adaptado dos Relatórios de avaliação externa - Diário Oficial do Estado de Alagoas.

1.3 Políticas gerais de autoavaliação e da Comissão Própria de Avaliação

A Autoavaliação Institucional da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas tem sido planejada e executada em consonância com os Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) aprovados pelo Conselho Superior Universitário - CONSU.

A CPA UNCISAL, prevista no Art. 11 da Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004, tem por atribuição a coordenação e sistematização dos processos internos de avaliação, assim como pela prestação das informações solicitadas pelo INEP/CEE.

Atua com autonomia em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição de educação superior e possui regulamentação própria, aprovada pelo CONSU, onde estão descritas a forma de composição, a duração do mandato de seus membros, a dinâmica de funcionamento e a especificação de atribuições. A composição da comissão tem representantes dos segmentos docente, discente, técnico-administrativo e de da sociedade civil organizada como determinam as boas práticas regulamentadas pelo INEP.

Assim como nas avaliações externas coordenadas pelo INEP/CEE, as atividades de autoavaliação podem contemplar a análise global e integrada dos eixos e dimensões dispostas no art. 3° da Lei N° 10.861, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). As dimensões que integram os eixos estabelecidas pelo SINAES estão descritas no quadro 4.

Quadro 4 - Eixos e Dimensões do SINAES

EIXOS	DIMENSÕES
Eixo 1 - Planejamento e Avaliação Institucional	Dimensão 8: Planejamento e Avaliação
Eixo 2 - Desenvolvimento Institucional	Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional
	Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição
Eixo 3 - Políticas Acadêmicas	Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão
	Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade
	Dimensão 9: Política de Atendimento aos Discentes
Eixo 4 - Políticas de Gestão	Dimensão 5: Políticas de Pessoal
	Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição
	Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira
Eixo 5 - Infraestrutura Física.	Dimensão 7: Infraestrutura Física

Fonte: Autoria Própria.

A CPA tem por competência o planejamento e a organização da autoavaliação institucional. Estão previstas no planejamento de atuação várias atividades no âmbito institucional: reuniões sistemáticas de planejamento, sensibilização da comunidade, rodas de conversa sobre avaliação institucional, reavaliação de instrumentos a cada ciclo, análise e interpretação dos dados e dos indicadores, planejamento de ações de divulgação dos resultados e de ações de melhoria.

As ações de coleta de dados realizadas pela CPA UNCISAL têm utilizado técnicas diversas como: consulta aos documentos, bancos de dados e registros administrativos, questionários, entrevistas, rodas de conversa e grupos focais com representantes dos diferentes segmentos da comunidade acadêmica.

A sensibilização para que se tenha adesão tem sido feita através de diferentes meios como e-mails corporativos, mídias sociais, entre outros.

No que diz respeito às formas de divulgação, a CPA tem realizado a apresentação de resultados em reuniões de gestão, onde se destaca as reuniões do Conselho Universitário, Fóruns do Núcleos Docentes Estruturantes e reuniões específicas para cada segmento; além dos relatórios específicos que são postados na plataforma eMEC e na página de internet oficial da CPA. Desde 2020, tem procurado fomentar ações que incluem a promoção de eventos, painéis, produtos nas mídias

sociais oficiais da IES, entre outras, para divulgar continuamente os processos e resultados da autoavaliação.

As informações obtidas através dos relatórios da CPA permitem análise situacional de toda a IES, do corpo docente, da gestão acadêmica, das condições de funcionamento dos cursos e do corpo técnico administrativo. Como meta do processo avaliativo tem-se a apropriação de conhecimentos sobre a instituição como insumo para a elaboração de planejamento estratégico na busca de melhoria institucional.

2 SÍNTESE DOS ACHADOS ANTERIORES E AÇÕES DE MELHORIA

Sabe-se que os resultados obtidos pelos processos de avaliação externa e de autoavaliação devem subsidiar o planejamento de ações e a definição de prioridades para a superação das dificuldades, mas ainda disseminar e fortalecer as ações de melhoria realizadas e as práticas de excelência. Os resultados dos ciclos anteriores puderam contribuir para definição das metas incluídas nos Planejamentos de Desenvolvimento Institucional, assim como nos planejamentos estratégicos.

Destacamos, a seguir, alguns achados (organizados pelas dimensões que integram os eixos estabelecidas pelo SINAES) e às ações de melhoria realizadas ou em execução nos últimos anos:

No tocante às políticas para o ensino, a pesquisa e a extensão, ações de investimento em suporte aos projetos de pesquisa, extensão e inovação foram pontuadas. A consolidação da oferta do mestrado em tecnologia e educação, criação de novos programas de pós-graduação, incluindo o recente Mestrado Acadêmico em Fonoaudiologia, ampliação de bolsas de incentivo à pesquisa e da titulação de seu corpo docente são conquistas associadas a essas demandas. Alinhada às reformas dos projetos políticos pedagógicos dos cursos, com destaque para os cursos tecnológicos, esforços têm sido investidos para a implantação da curricularização da extensão de forma robusta e integrada ao ensino e a pesquisa/inovação, política essencial para que cumpramos com excelência nosso papel de autoria e protagonismo na transformação social. Capacitações e investimentos adicionais para fomentar o uso de tecnologias e metodologias ativas foram especialmente importantes no período do enfrentamento da pandemia covid-19. Os docentes reconhecem os esforços desprendidos pela instituição nesse aspecto. Quanto às políticas de atendimento aos discentes, esforços se concentraram em ampliar os recursos de

bolsas permanências e acessibilidade aos discentes, especialmente, durante o período mais crítico da pandemia. A comunidade manifestou, com ênfase, sua aprovação às ações relacionadas a essa demanda no relatório do ano anterior.

Quanto às políticas de pessoal, o plano de cargos e salários recém sancionado e o aumento da carga horária em aprovação pelo governo é um ponto forte de melhoria. Acreditamos que o impacto certamente será visto nos anos posteriores, principalmente, na ampliação a projetos de pesquisas e extensão.

Na dimensão de infraestrutura física, ressaltam-se, de forma potente, os investimentos recentes em reformas e planos de manutenção dos banheiros; acessibilidade física; computadores, laboratórios, anatômico, ampliação do acervo físico e virtual da biblioteca e climatização das salas. Alguns em andamento durante o ano de 2022.

Quanto à organização e gestão da Instituição, o trabalho sendo realizado para revisão do estatuto e regimento através de consultas públicas é um ponto de atenção. Estas últimas com o objetivo de forma a ampliar a escuta à comunidade para além das sessões das câmaras e do conselho universitário.

Quanto à comunicação com a sociedade, foram realizados investimentos nas redes sociais que tem ampliado de forma significativa o engajamento da sociedade, especialmente para o segmento mais jovem. A cultura de utilização do e-mail e da rede de dados corporativa para divulgação das ações e decisões institucionais e de documentos relevantes tem se consolidando nos últimos anos. De certa forma, parte dessa mudança cultural para o uso de tecnologias foi reforçada pela necessidade do trabalho remoto emergencial.

A instituição tem investido no diálogo com o governo e representantes políticos para compreensão da importância da instituição em sua missão acadêmica e de assistência de forma a incluir novas possibilidades que permitam a sustentabilidade financeira para projetos de melhoria contínua de suas ações acadêmicas e assistenciais.

Foram realizados, ainda, esforços para uma maior aproximação das unidades assistenciais para compreensão das demandas dos profissionais envolvidos quanto à missão acadêmica de formação através do fortalecimento das gerências docentes assistenciais.

Maior detalhamento das ações de desenvolvimento institucional, associadas e retroalimentadas pelos processos de autoavaliação e avaliação externas, pode ser obtido nos planos de desenvolvimento institucional e nos relatórios de gestão.

Para obter mais detalhes sobre, por exemplo, a percepção do acolhimento aos servidores e aos discentes durante a pandemia covid-19, a experiência do ensino/trabalho remoto e outras dimensões que fazem parte do diagnóstico amplo de avaliação acadêmica, orientados e regulamentados pelo MEC/INEP/CEE, podem ser consultados os relatórios da CPA dos ciclos anteriores disponíveis no site da instituição.

3 METODOLOGIA

Neste item, serão detalhados e justificados: a metodologia e os instrumentos de coleta e análise de dados do ciclo 2021.

3.1 Natureza de pesquisa

Assim como nos ciclos anteriores, a metodologia tem caráter transversal-descritivo com dados quantitativos e qualitativos.

3.2 Instrumentos

As estratégias e construção de instrumentos e métodos para coleta e análise de dados para a avaliação institucional do ano de 2021 foram definidas pelos integrantes da CPA, de acordo com as necessidades vigentes, observando fragilidades e potencialidades do processo anterior.

A cada novo ciclo, os membros da CPA discutem coletivamente o instrumento, métodos de coleta e análise, observando os aspectos pertinentes a cada segmento e constroem os questionários e os processos associados. Outros atores são sempre chamados para enriquecer o instrumento e os mecanismos de coleta. No caso do segmento técnico-administrativo, representantes de cada unidade que fazem parte do observatório de educação permanente em saúde ou indicados por eles trouxeram diversas sugestões. A Pró-reitoria de gestão de pessoas também contribuiu fortemente. No caso do segmento docente, coordenadores de curso e representantes

da Pró-reitoria de Ensino e Graduação trouxeram instrumentos e demandas discutidas anteriormente que foram muito importantes para a construção.

Nos ciclos anteriores à 2020, o instrumento tem sido sempre bastante abrangente com relação às dimensões do SINAES. No entanto, para os segmentos docentes e discentes, optamos por adotar para esse ciclo, a temática central das políticas acadêmicas com ênfase no processo de ensino-aprendizagem por entendermos que as demais dimensões foram bem exploradas nos ciclos anteriores e as ações de melhoria encontram-se em execução.

A ênfase nos processos de ensino-aprendizagem foi identificada em reuniões de câmara e de fóruns dos núcleos docentes estruturantes, com o objetivo de que possamos, a partir dos resultados dessa experiência, sistematizar um processo de escuta e acompanhamento mais detalhado e contínuo dos diversos cursos da IES.

Para o segmento técnico-administrativo, optamos por um instrumento abrangente em questões que entendemos que necessitamos ainda ampliar a escuta sobre as demandas e prioridades de ações de melhoria na percepção do segmento.

O estudo adotou, como unidade de análise, docentes do quadro efetivo, discentes devidamente matriculados e pertencentes à Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas e técnicos efetivos do prédio Sede e das Unidades Assistenciais. Em suma, todos foram chamados a participar da pesquisa.

3.3 Métodos e Procedimentos

O método utilizado para a execução e coleta de dados foi através da disponibilização de questionário por segmento (discente, docente, técnico). Foi utilizada a ferramenta GoogleForms® permitindo total sigilo dos respondentes. Responder o questionário não era obrigatório para nenhum dos segmentos, assim como nenhuma das questões era obrigatória. Para os segmentos discente e docente, o link para o questionário ficou disponível no sistema acadêmico durante o período de coleta. Para o segmento de servidores técnicos-administrativos, o link foi divulgado nas campanhas já descritas no tópico anterior.

Foram realizadas, pelos membros da CPA, esclarecimentos de dúvidas referente ao formulário eletrônico durante todo o período da coleta. A coleta de dados foi complementada por consulta a documentos oficiais da universidade e entrevistas nos setores, quando necessário.

De forma a incentivar a participação, foram realizadas campanhas de sensibilização no site da universidade, em redes sociais dos perfis oficiais da UNCISAL, e-mails corporativos e WhatsApp. Em virtude da pandemia, as visitas presenciais às salas de aula e aos setores da universidade não foram possíveis. As chamadas feitas com/por coordenadores de cursos de graduação, gerências de centros, diretores de unidades, diretórios acadêmicos, assessorias de comunicação e reitoria foram feitas de forma virtual.

A CPA contou com o apoio da Supervisão Executiva de Tecnologia da Informação – SUTIN e da Assessoria de Comunicação (ASCOM) da UNCISAL e das unidades assistenciais.

3.4 Tratamento dos Dados

Os dados foram organizados e tabulados de dados pelos membros da CPA. A análise dos dados, confecção dos gráficos para melhor compreensão dos mesmos pela comunidade e estruturação do relatório foi também realizada pela comissão.

3.5 Divulgação dos Resultados

Além da disponibilização do relatório na plataforma e-MEC, os resultados já estão disponibilizados às diversas áreas institucionais de acordo com a pertinência e/ou responsabilidades de cada uma, objetivando destacar os pontos fortes, as fragilidades e as possíveis ações a serem implementadas/desenvolvidas pela gestão.

Assim como nos ciclos anteriores, a CPA disponibiliza, apresenta e discute os dados através de oficinas no prédio sede ou remotamente com alunos, docentes e técnicos e nas unidades assistenciais, assim como à comunidade externa do entorno da UNCISAL. Algumas dessas discussões já aconteceram antes mesmo da finalização da versão que será postada na plataforma e-MEC no final de março de 2022.

Está sendo ainda organizado um evento para o ano de 2022, previsto no planejamento do desenvolvimento institucional, com objetivo não somente de divulgar os resultados e as ações de melhoria dos últimos anos, mas também minicursos sobre o papel da CPA e como isso se alinha com os demais processos de avaliação institucional.

3.6 Perfil dos participantes

Foram pesquisados 368 discentes de diferentes cursos de um total de aproximadamente 2.300 discentes, 157 docentes de um total de 298 docentes e 221 técnicos da sede e demais unidades de um total de 2.645 técnicos administrativos, perfazendo um total de 746 respondentes. As amostras são consideradas representativas de cada população, com exceção dos técnicos de unidades assistenciais.

Os docentes de todos os Centros e Núcleos e de todos os cursos estão representados conforme ilustrado pelas tabelas 1 e 2 a seguir.

Tabela 1 - Respondentes Docentes por Centros/Núcleos

CENTRO/NÚCLEOS	TOTAL
CCI - Núcleo de Ciências Biológicas	16
CCI - Núcleo de Ciências Exatas	5
CCI - Núcleo de Ciências Humanas, Sociais e de Políticas Públicas	42
CCS - Núcleo de Propedêutica e Diagnóstico por Imagem	20
CCS - Núcleo de Saúde do Adulto e do Idoso	30
CCS - Núcleo de Saúde Materno Infantil e do Adolescente	18
CED - Núcleo de Educação a Distância	6
CED - Núcleo de Tecnologia da Informação e Comunicação na Educação	5
CTEC - Núcleo de Educação Profissionalizante	1
CTEC - Núcleo de Educação Tecnológica	14
TOTAL GERAL	**157**

Fonte: autoria própria

Tabela 2 - Docentes por Curso

DOCENTES POR CURSO	
Alimentos	14
Enfermagem	43
Fisioterapia	45
Fonoaudiologia	43
Gestão Hospitalar	10
Medicina	41
Radiologia	15
Residências	12
Segurança do Trabalho	13
Sistemas para Internet	5
Terapia Ocupacional	39
Especialização	7
Mestrado	8

Fonte: autoria própria

Os discentes por curso e por ano de ingresso estão demonstrados nas tabelas 3 e 4.

Tabela 3 - Discentes por Curso

DISCENTES POR CURSO	
Alimentos	21
Enfermagem	41
Física	3
Fisioterapia	54
Fonoaudiologia	28
Gestão Hospitalar	32
Matemática	16
Medicina	37
Radiologia	52
Residências	3
Segurança do Trabalho	26
Sistemas para Internet	19
Terapia Ocupacional	36
TOTAL	368

Fonte: autoria própria

Tabela 4 - Discentes por Ano de Ingresso

DISCENTES POR ANO	
2010 a 2016	9
2017	39
2018	54
2019	69
2020	83
2021	114
TODOS	368

Fonte: autoria própria

A tabela 5 ilustra o quantitativo de técnicos respondentes por unidade.

Tabela 5 - Respondentes Técnicos Administrativos por Unidade Administrativa

UNIDADE	TOTAL
Prédio Sede – SEDE	72
Hospital Escola Hélvio Auto – HEHA	46
Maternidade Escola Santa Mônica - MESM	29
Hospital Escola Portugal Ramalho - HEPR	33
Outros	41
TOTAL GERAL	**221**

Fonte: autoria própria

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados encontrados e algumas discussões preliminares serão apresentados nas seções a seguir.

Na seção 4.1, apresentaremos as informações do segmento discente e docente relacionados à temática central do ciclo desse ano - percepções das políticas acadêmicas com ênfase nos processos de ensino e aprendizagem. A pesquisa contempla também o quantitativo do corpo docente e discente respondente que se reconhece partícipe de pesquisa científicas, atividades de extensão, técnicas e culturais com discentes da instituição envolvidos.

Para o segmento técnico-administrativo, traremos os aspectos diversos da experiência de trabalho na UNCISAL coletados no ciclo desse ano.

4.1 Percepções do segmento docente e discente quanto às políticas acadêmicas com ênfase nos processos de ensino e aprendizagem.

Quanto às políticas acadêmicas, com ênfase nos processos de ensino e aprendizagem serão apresentados e discutidos: aspectos relativos à: apropriação dos planos pedagógicos dos cursos e seus processos de atualização; percepção da satisfação dos docentes e discentes quanto aos processos e métodos didáticos/pedagógicos e por fim, os processos de avaliação do conhecimento.

Todos os resultados encontram-se ilustrados na forma de gráficos que acreditamos facilitar a compreensão dos leitores.

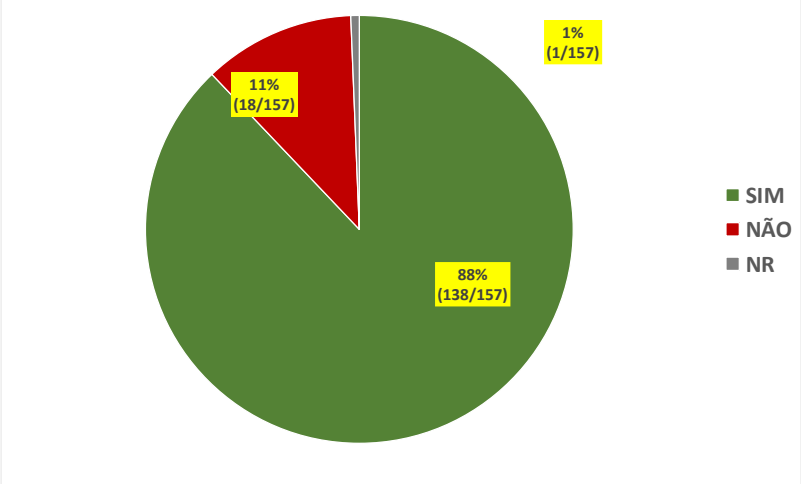
As figuras 2 a 5 demonstram o conhecimento do projeto pedagógico dos cursos e dos processos de construção coletiva das atualizações deles por respondentes docentes e discentes.

Quanto a conhecer os projetos, ambos segmentos demonstram um bom conhecimento, quase 90% dos docentes o conhecem e quase 60% dos discentes.

As coordenações de cursos têm promovido esforços para ampliar o conhecimento dos discentes a cada início do curso. Para docentes, as discussões dos projetos acontecem regularmente em diversos eventos anuais. Isso, possivelmente, promove esse resultado positivo. Acreditamos que a prática deve ser mantida continuamente. O próprio instrumento de coleta do ciclo da CPA desse ano incentivou

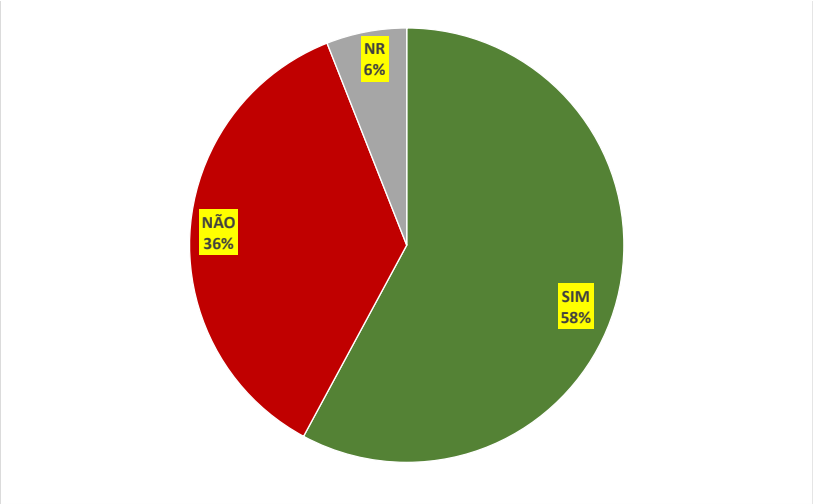
os estudantes a buscarem essa informação e reforçou a importância do conhecimento do PPC do curso.

Figura 2 - Conhecimento do PPC dos cursos em que ministra aula - visão docente



Fonte: autoria própria

Figura 3 - Conhecimento do PPC dos cursos em que estão matriculados – visão discente

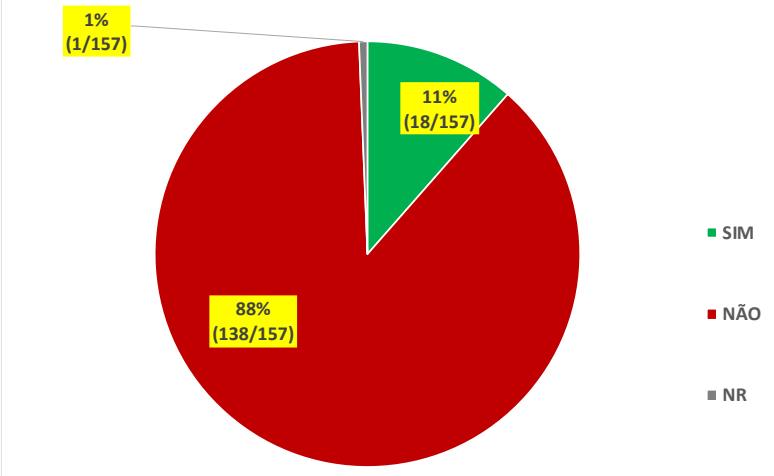


Fonte: autoria própria

Quanto aos processos de atualização através de construções coletivas, a visão dos respondentes, talvez, indique que compreendem que apenas o núcleo docente estruturante seja responsável por essas ações. Em sessões de discussão dos resultados com as coordenações de cursos, direções do centro e com a Pró-Reitoria de Ensino e Graduação através da supervisão pedagógica e assessorias, alguns

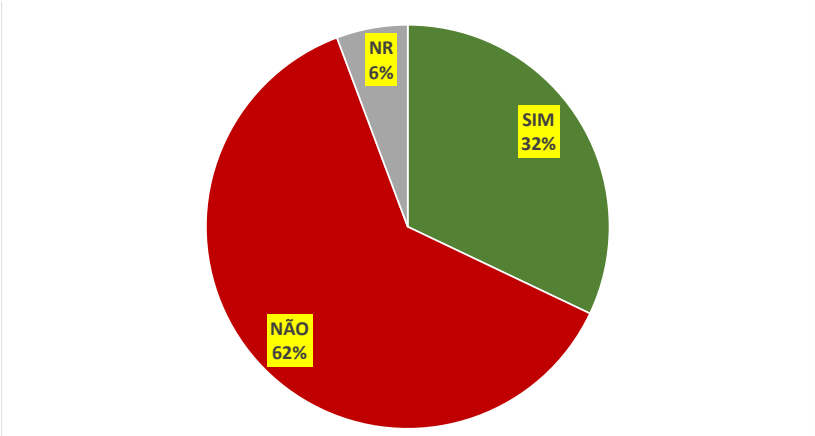
recortes por cursos foram realizados onde percebe-se que alguns cursos como Enfermagem avançaram mais nesse quesito.

Figura 4 - Conhecimento da participação na construção do PPC dos cursos visão docente



Fonte: autoria própria

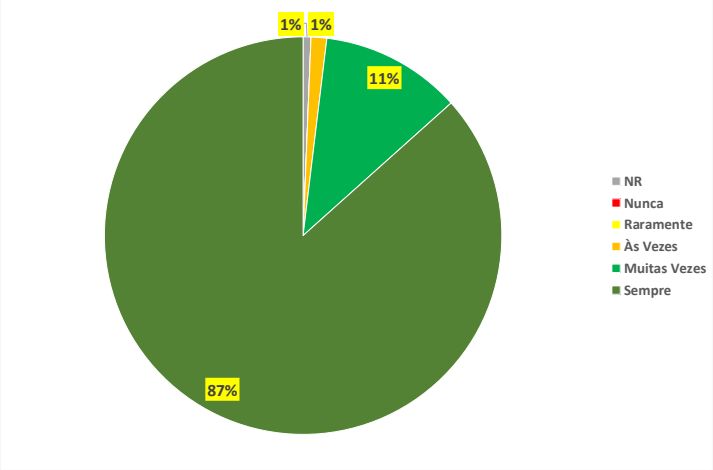
Figura 5 - Conhecimento da participação na construção do PPC dos cursos visão discente



Fonte: autoria própria

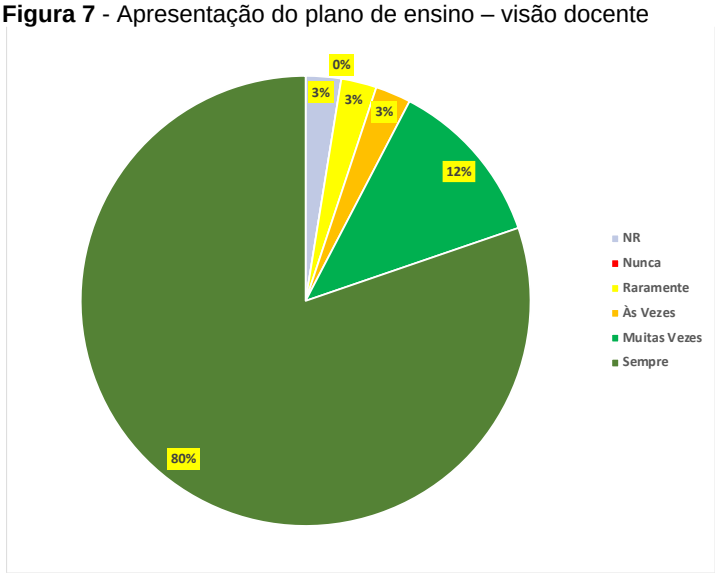
Os processos de apresentação dos planos de ensino e cronogramas são estimulados nos eventos de formação do corpo docente. As figuras 6 a 11 ilustram uma visão bem positiva da grande maioria dos respondentes docentes e discentes sobre esses aspectos.

Figura 6 – Elaboração do plano de ensino com todos os componentes – visão docente



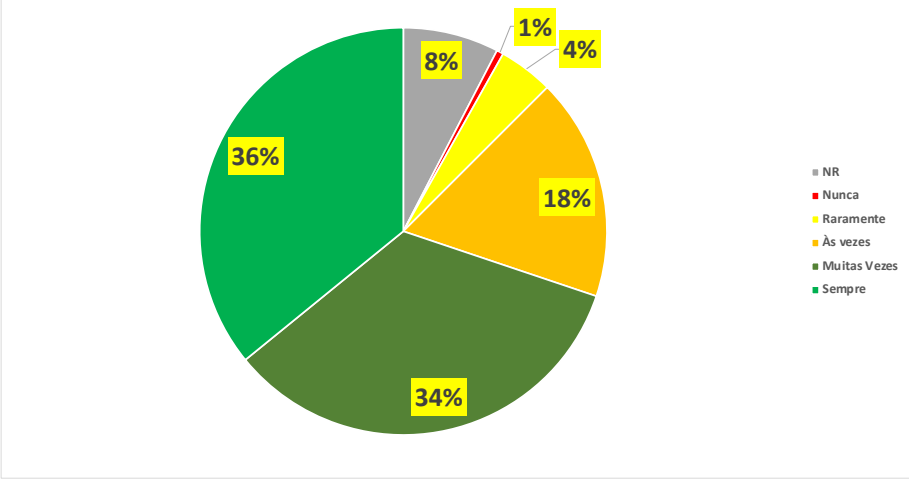
Fonte: autoria própria

Figura 7 - Apresentação do plano de ensino – visão docente



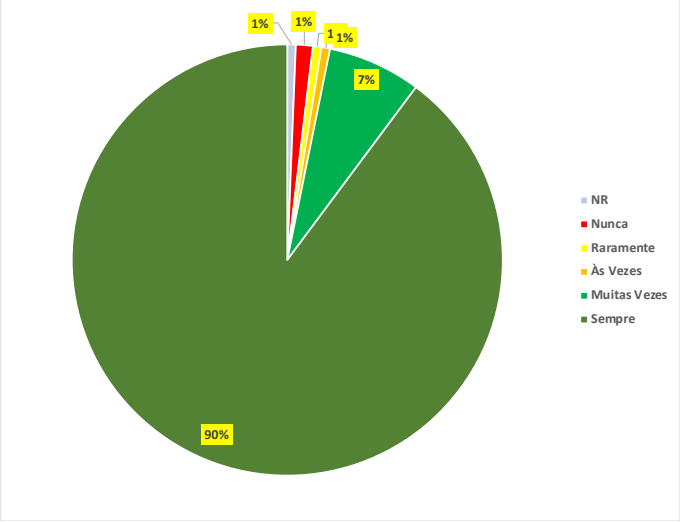
Fonte: autoria própria

Figura 8 - Plano de ensino com todos os componentes – visão discente



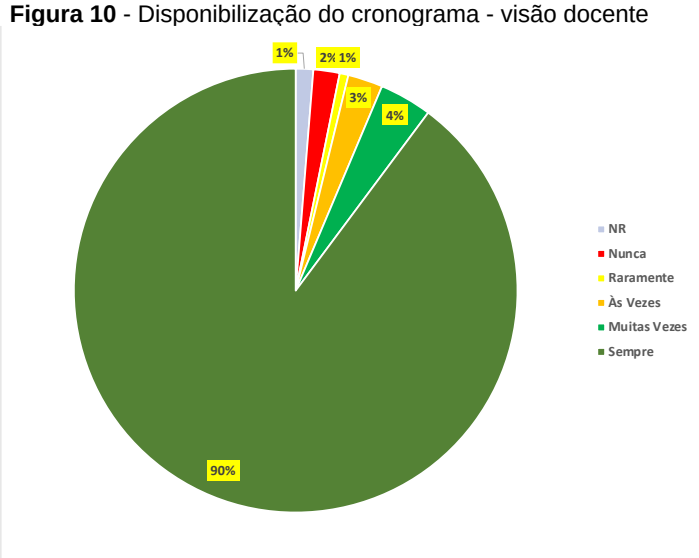
Fonte: autoria própria

Figura 9 - Apresentação do cronograma desde as 1as aulas – visão docente



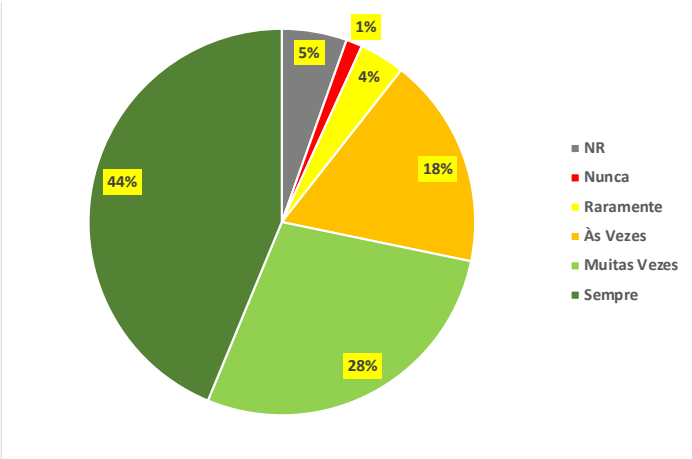
Fonte: autoria própria

Figura 10 - Disponibilização do cronograma - visão docente



Fonte: autoria própria

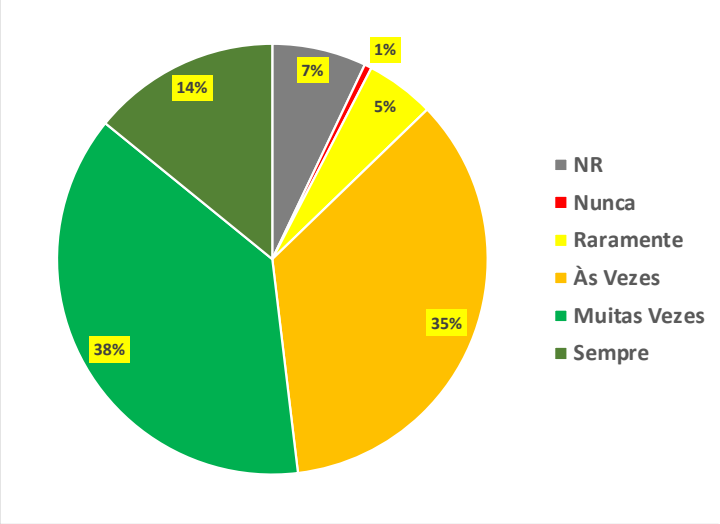
Figura 11 - Apresentação do cronograma desde as 1as aulas - visão discente



Fonte: autoria própria

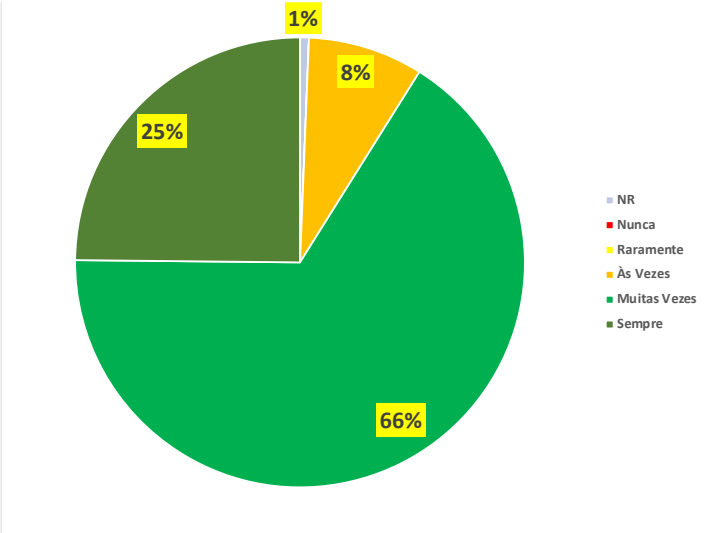
As figuras 12 a 17 ilustram uma visão também positiva da grande maioria dos respondentes docentes sobre os objetivos de aprendizagem, competências desenvolvidas e relação com o campo de trabalho. No entanto, cerca de 50% dos discentes estão satisfeitos. Outros cerca de 30% atestam não estar satisfeito com algumas unidades curriculares. No qualitativo, falam do prejuízo com relação às práticas. A instituição tem consciência da dificuldade com as práticas no período mais crítico da pandemia covid-19, período que está associado a esse ciclo de coleta de dados.

Figura 12 – Alcance dos objetivos de aprendizagem – visão discente



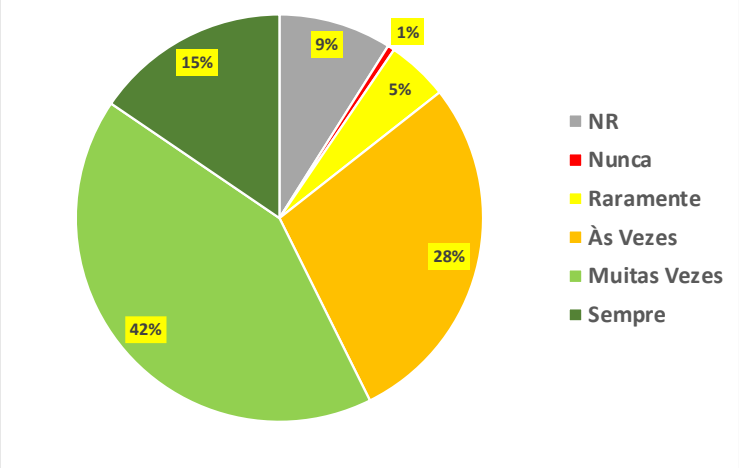
Fonte: autoria própria

Figura 13 - Alcance dos objetivos de aprendizagem – visão docente



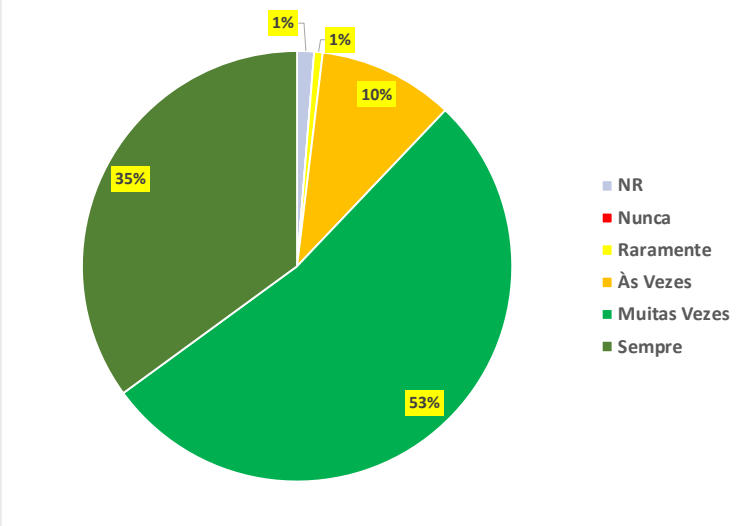
Fonte: autoria própria

Figura 14 – Competências previstas desenvolvidas – visão discente



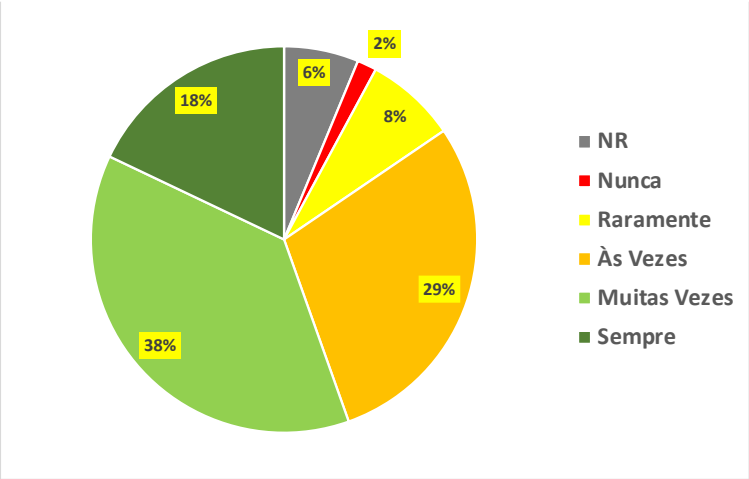
Fonte: autoria própria

Figura 15 – Competências previstas desenvolvidas – visão docente



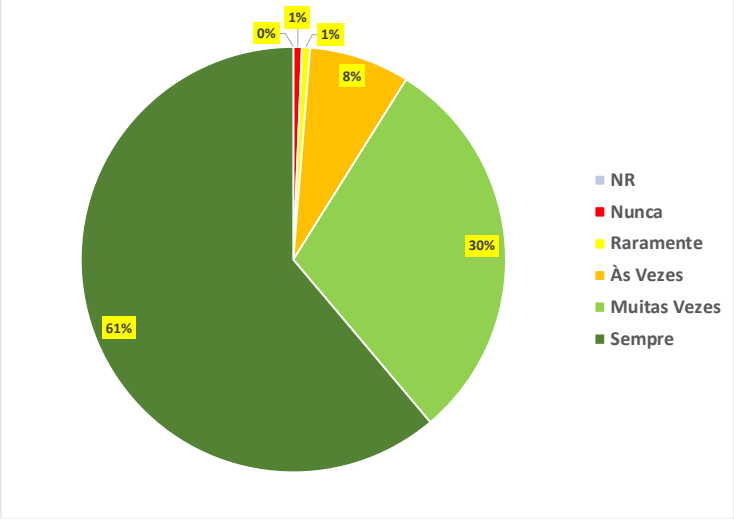
Fonte: autoria própria

Figura 16 – Relação componente curricular e o campo de trabalho – visão discente



Fonte: autoria própria

Figura 17 – Relação componente curricular e o campo de trabalho – visão docente

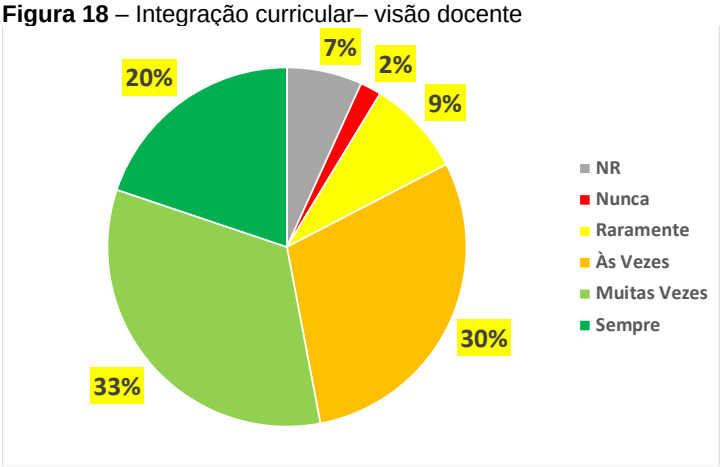


Fonte: autoria própria

A integração curricular tem sido um diferencial nos cursos bacharelados da UNCISAL. Os projetos pedagógicos dos cursos foram desenhados com eixos que integram os conteúdos em módulos por temáticas importantes da formação em saúde. Planejar, realizar, gerenciar a integração curricular é um processo contínuo e desafiador. Em cursos tecnológicos, a integração foi redesenhada recentemente.

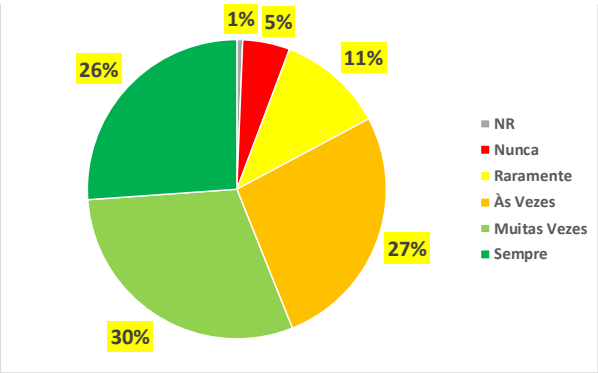
As figuras 18 e 19 ilustram que a visão docente e discente é bem similar. Cerca da metade dos respondentes de ambos os segmentos estão satisfeitos. Outros 30% relatam que, às vezes, a integração é realizada. No qualitativo, relatam que algumas unidades precisam ser mais bem trabalhadas nesse aspecto.

Figura 18 – Integração curricular– visão docente



Fonte: autoria própria

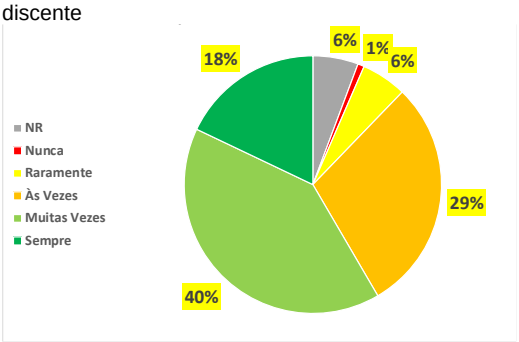
Figura 19 – Integração curricular– visão discente



Fonte: autoria própria

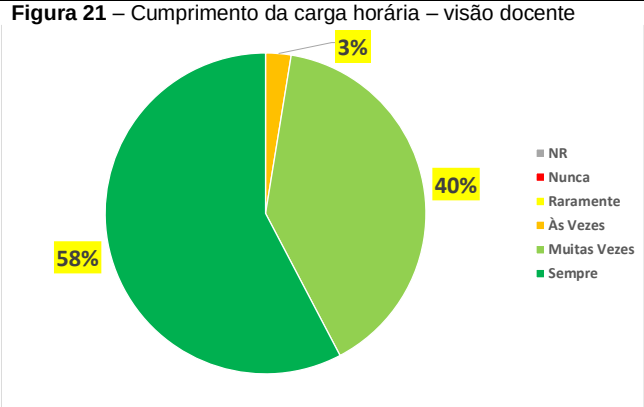
O cumprimento da carga horária foi muito bem avaliado na percepção dos respondentes do segmento docente. Na percepção dos respondentes do segmento discente, cerca de 60% avaliam bem, mas cerca de 30% indicam que apenas às vezes, a carga horária é cumprida. As figuras 20 e 21 ilustram. As diferentes percepções podem estar associadas às unidades curriculares ministradas por docentes que não respondem aos processos avaliativos da CPA, mas apenas uma análise mais apurada pode definir o real diagnóstico.

Figura 20 – Cumprimento da carga horária – visão discente



Fonte: autoria própria

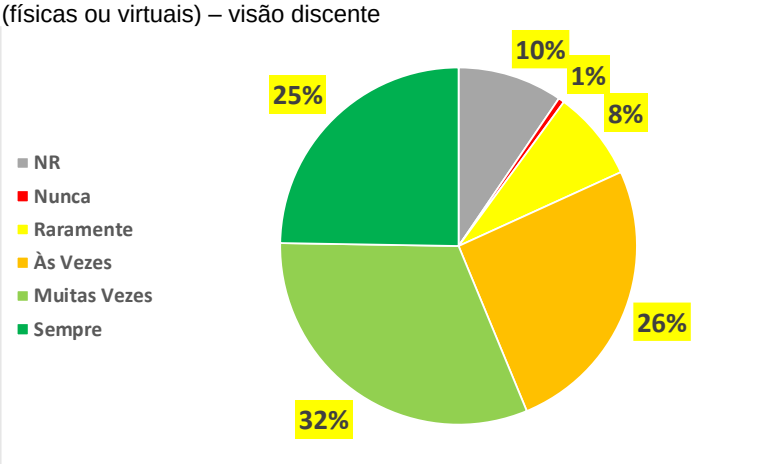
Figura 21 – Cumprimento da carga horária – visão docente



Fonte: autoria própria

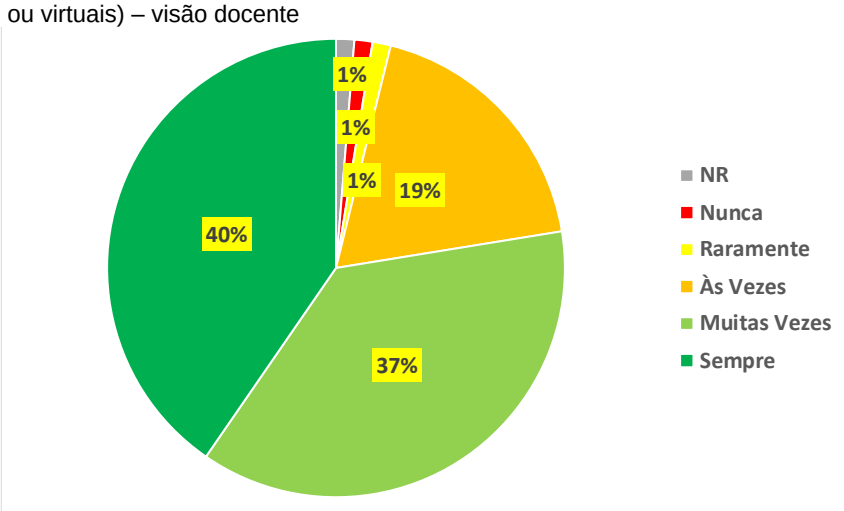
A disponibilidade e estímulo à busca às referências bibliográficas também são muito bem avaliadas por docentes. No caso de discentes, cerca de 30% indicam que apenas às vezes estão satisfeitos. Outros raramente. As figuras 22 e 25 ilustram. Esforços recentes têm sido realizados para trazer excelência nesse quesito. Durante a pandemia, algumas iniciativas foram feitas também para trazer referências virtuais que auxiliassem os estudantes que tiveram que assistir as aulas de forma online, muitas vezes, no interior do estado de Alagoas ou em outros estados, sem acesso portanto aos livros físicos disponíveis no acervo da biblioteca.

Figura 22 – Referências bibliográficas atualizadas e disponíveis (físicas ou virtuais) – visão discente



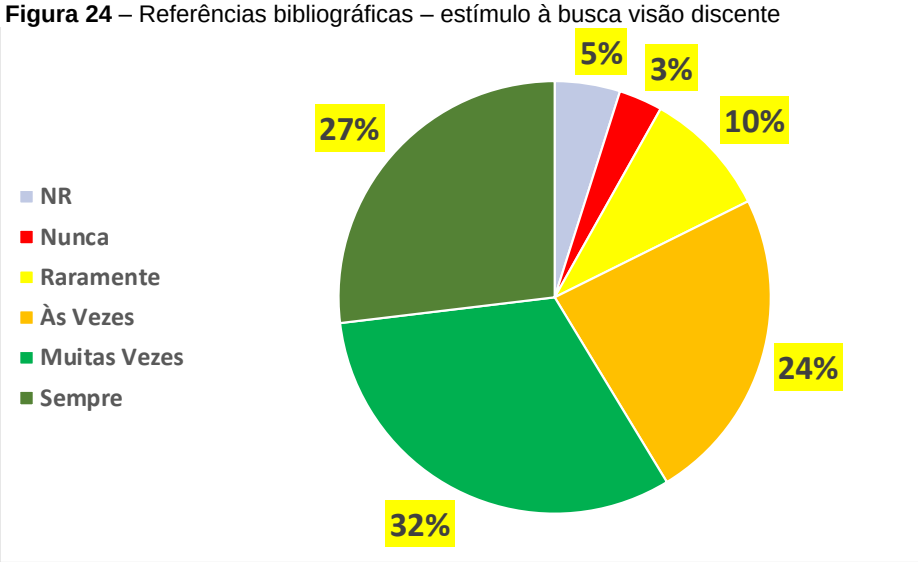
Fonte: autoria própria

Figura 23 – Referências bibliográficas atualizadas e disponíveis (físicas ou virtuais) – visão docente



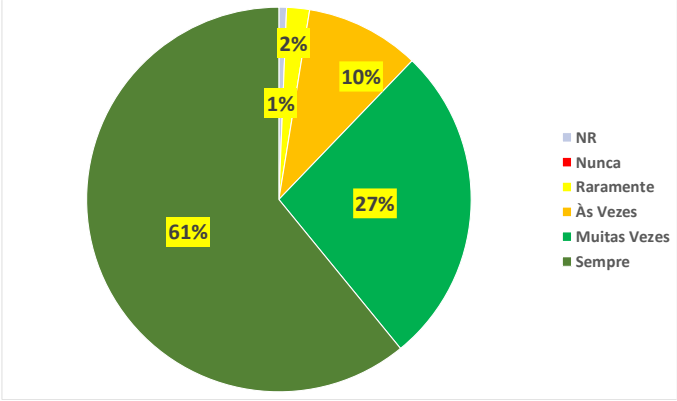
Fonte: autoria própria

Figura 24 – Referências bibliográficas – estímulo à busca visão discente



Fonte: autoria própria

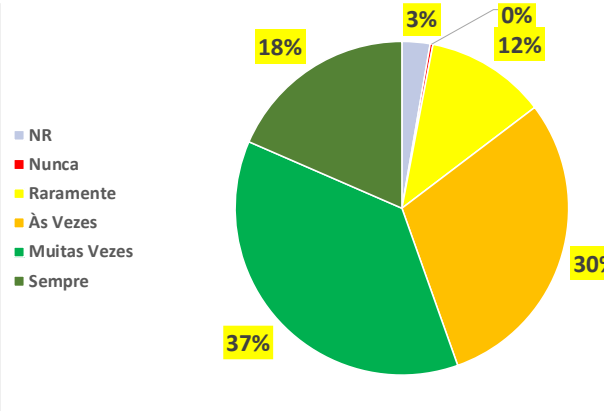
Figura 25 – Referências bibliográficas – estímulo à busca visão docente



Fonte: autoria própria

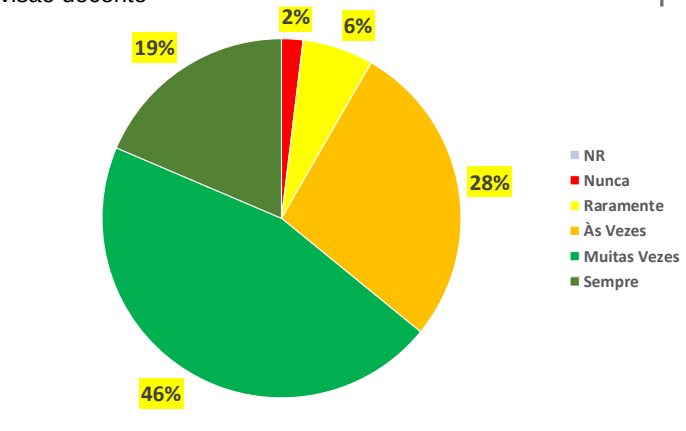
A utilização de metodologias ativas, recursos e ferramentas mais diversificados tem sido alvo de capacitações docentes há alguns anos. As figuras 26 e 27 ilustram que, pelo menos, 50% utilizam métodos ativos com frequência. Discentes reportam que em algumas unidades curriculares ainda usam métodos tradicionais regularmente.

Figura 26 – Utilização de metodologias ativas - visão discente



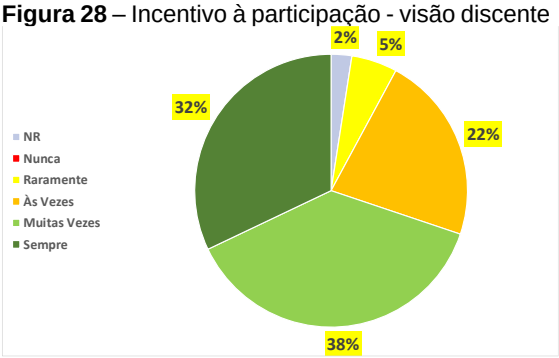
Fonte: autoria própria

Figura 27 – Utilização de metodologias ativas - visão docente



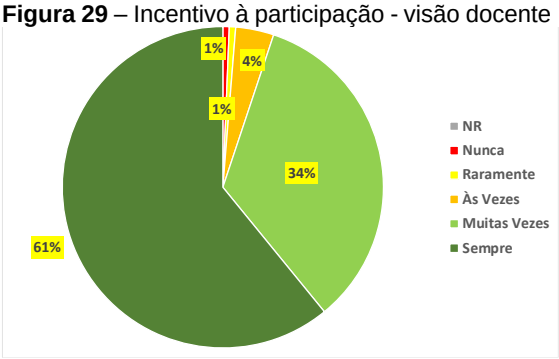
Fonte: autoria própria

Figura 28 – Incentivo à participação - visão discente



Fonte: autoria própria

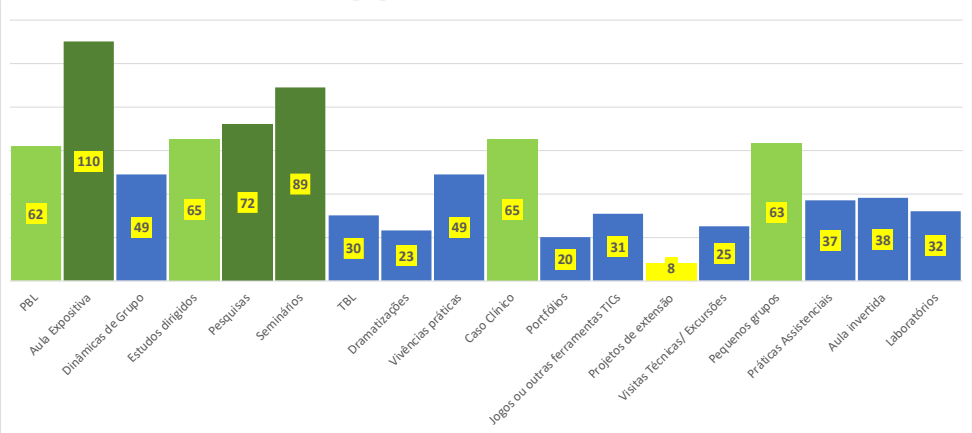
Figura 29 – Incentivo à participação - visão docente



Fonte: autoria própria

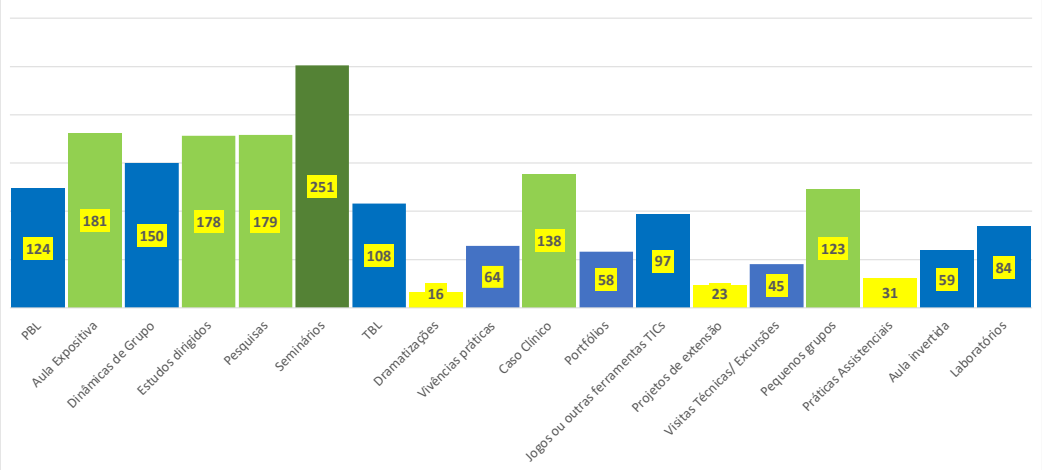
O incentivo à participação dos discentes nas aulas é muito bem avaliado por ambos os segmentos (figuras 28 e 29). Já as figuras 30 e 31 reportam o uso diversificado de ferramentas e métodos em salas de aula da UNCISAL.

Figura 30 – Métodos Didáticos Pedagógicos – visão docente



Fonte: autoria própria

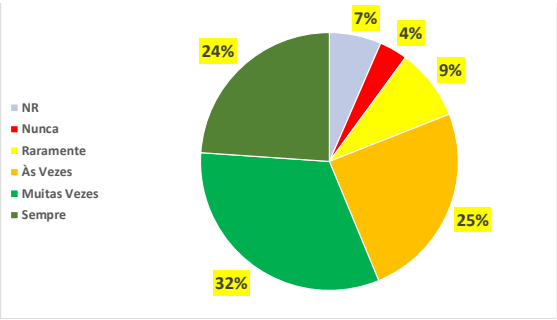
Figura 31 – Métodos Didáticos Pedagógicos – visão discente



Fonte: autoria própria

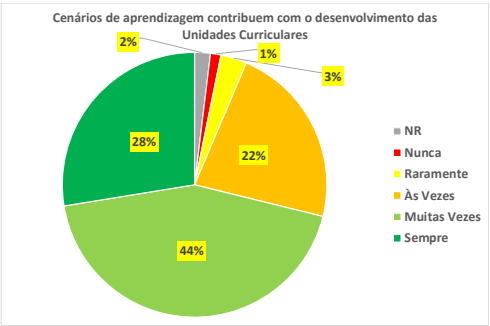
A seguir, as figuras 32 e 33 ilustram outro aspecto importante que é a contribuição dos cenários de práticas para o processo de ensino-aprendizagem na visão discente e docente.

Figura 32 – Contribuição dos cenários de prática - visão discente



Fonte: autoria própria

Figura 33 – Contribuição dos cenários de prática - visão docente

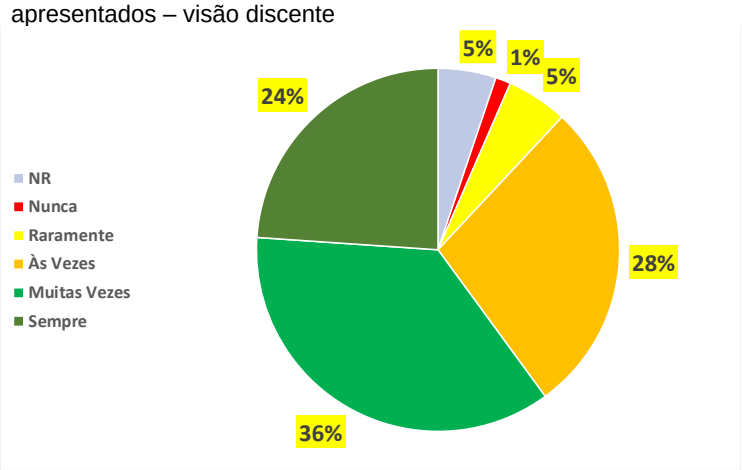


Fonte: autoria própria

O processo avaliativo também foi objeto de análise. Os critérios e procedimentos avaliativos claramente apresentados é regulamentado pelo conselho universitário e continuamente priorizados nas reuniões e formações pedagógicas, assim como a discussão dos resultados com os envolvidos e, por fim a coerência do que é cobrado versus ministrado. As figuras 34 a 39 ilustram esses aspectos.

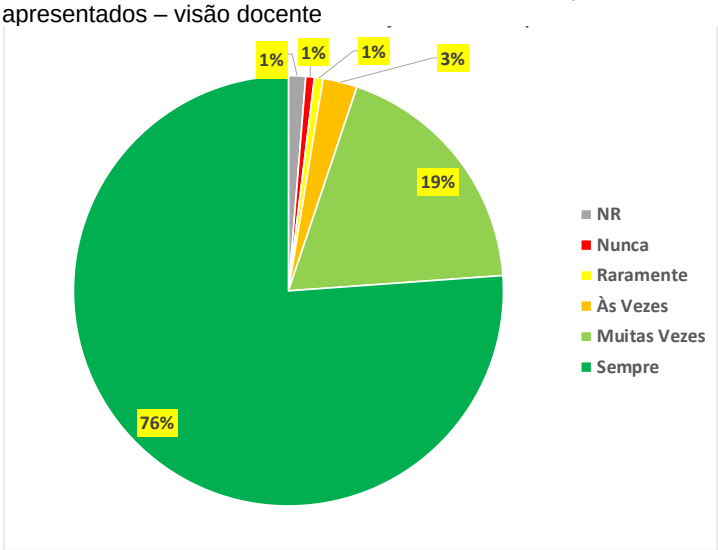
Observa-se uma visão muito positiva do corpo docente, mas cerca de 30% dos discentes respondentes não concordam que as boas práticas dos processos avaliativos se cumpram em todas ou na maioria das unidades. Aqui novamente podemos ressaltar que as diferentes percepções podem estar associadas às unidades curriculares ministradas por docentes que não respondem aos processos avaliativos da CPA, mas apenas uma análise mais apurada pode definir o real diagnóstico.

Figura 34 – Critérios e procedimentos de avaliação claramente apresentados – visão discente



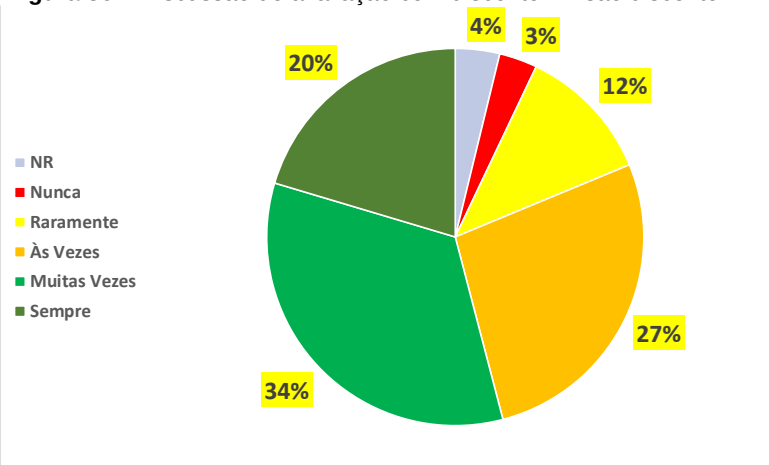
Fonte: autoria própria

Figura 35 – Critérios e procedimentos de avaliação claramente apresentados – visão docente



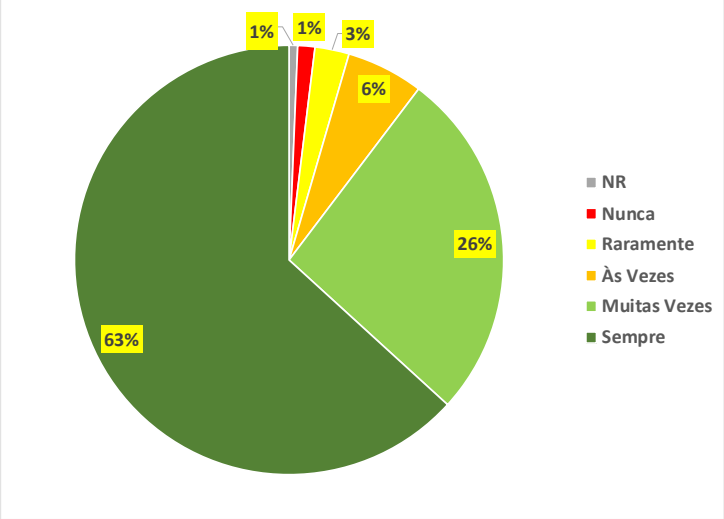
Fonte: autoria própria

Figura 36 – Discussão de avaliação com discente – visão discente



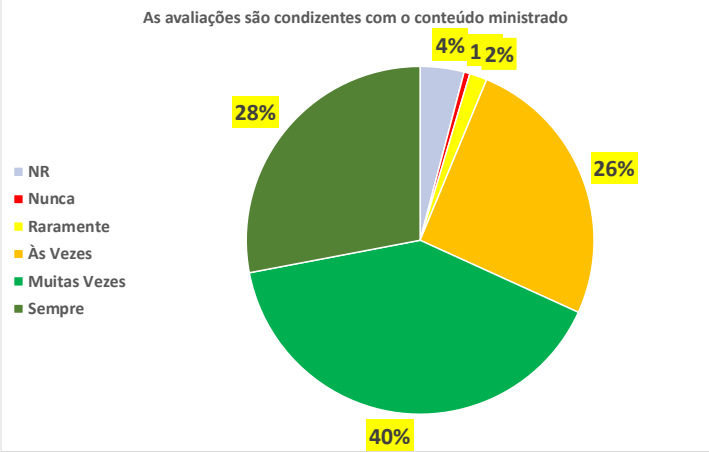
Fonte: autoria própria

Figura 37 – Discussão de avaliação com discente – visão docente



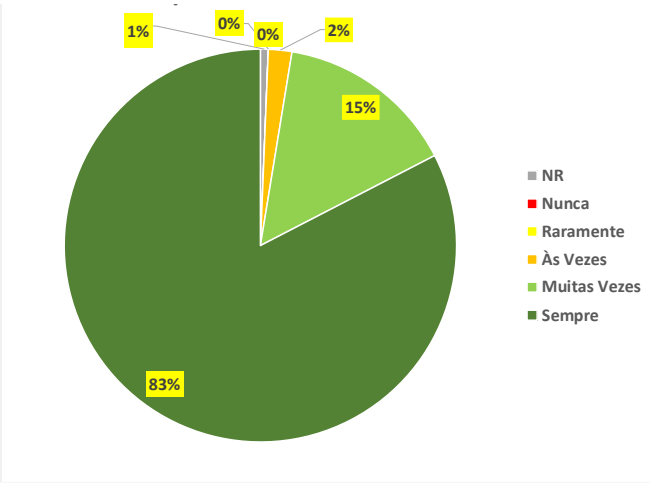
Fonte: autoria própria

Figura 38 –Avaliações condizentes com o conteúdo ministrado – visão discente



Fonte: autoria própria

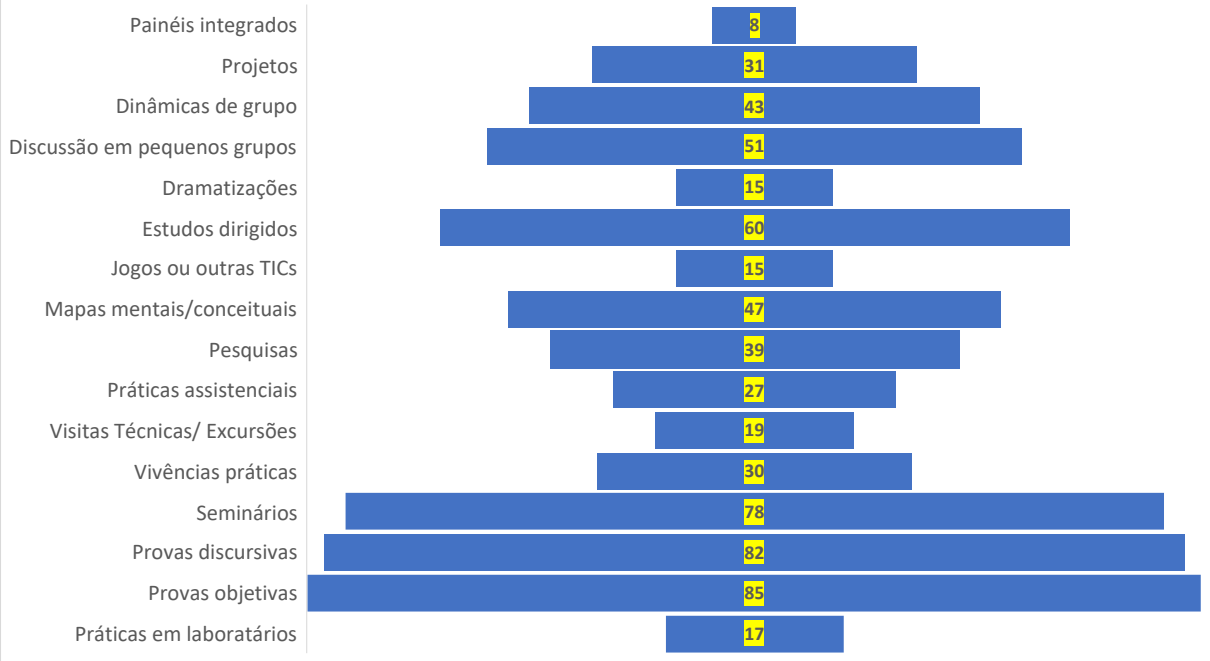
Figura 39 –Avaliações condizentes com o conteúdo ministrado – visão docente



Fonte: autoria própria

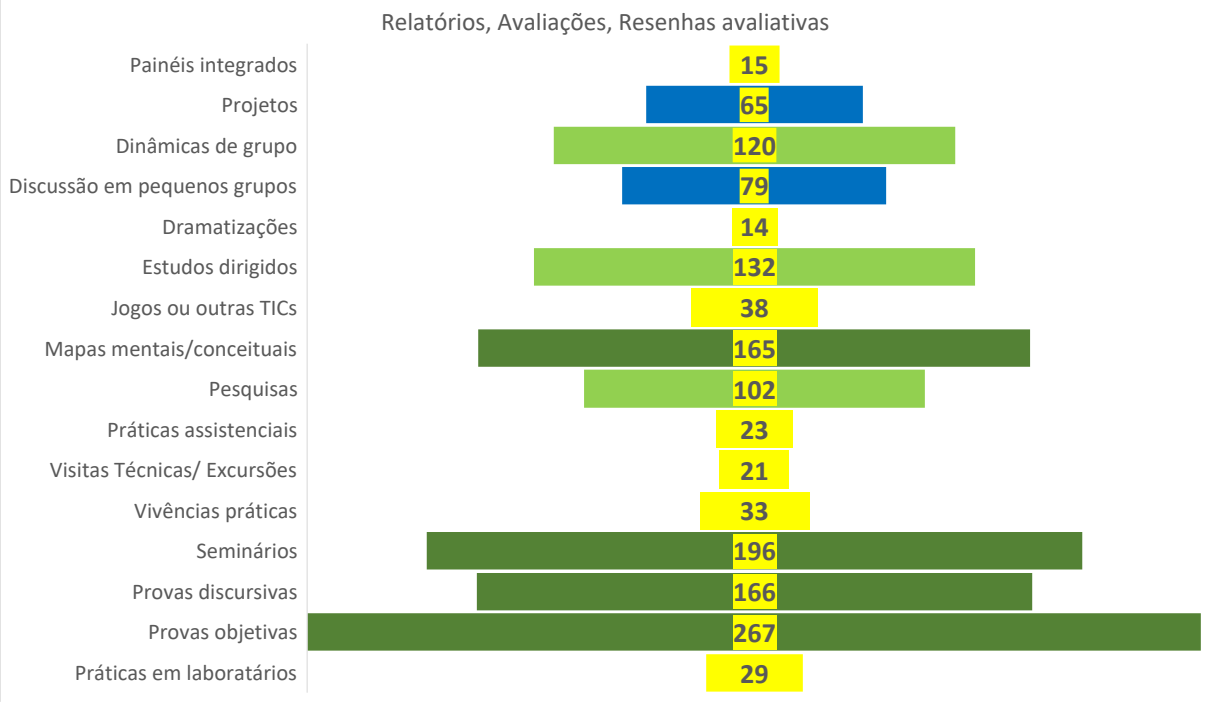
As figuras 40 e 41 complementam a discussão dos processos avaliativos apresentando a diversidade dos recursos utilizados na visão docente e discente.

Figura 40 – Métodos avaliativos – visão docente



Fonte: autoria própria

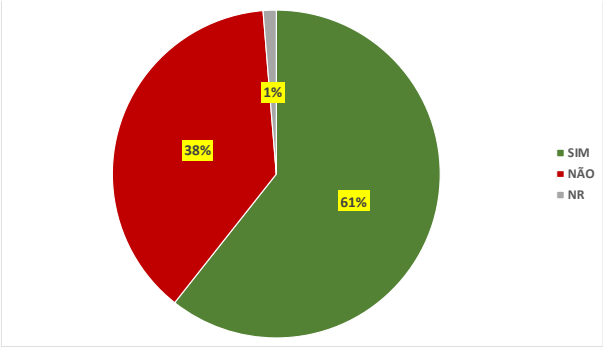
Figura 41 – Métodos avaliativos – visão discente



Fonte: autoria própria

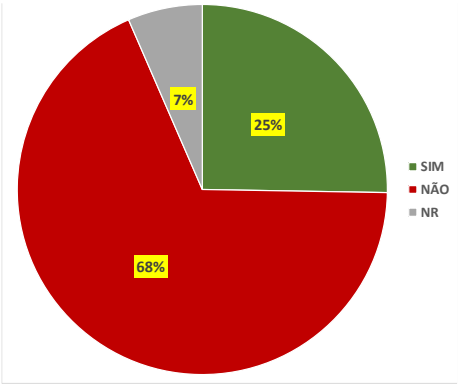
Por fim, a pesquisa contempla o quantitativo do corpo docente e discente respondente que se reconhece partícipe de pesquisa científicas, atividades de extensão, técnicas e culturais com discentes da instituição envolvidos. Observa-se aqui um grande potencial para ações de melhoria. A recente titulação de vários membros do corpo docente, o aumento da carga horário dos docentes recém pleiteado pela gestão da IES junto ao governo estadual, a curricularização da extensão e o investimento da Pró-Reitoria Estudantil no estímulo às atividades culturais podem trazer impactos positivos em ciclos futuros. As figuras 42 a 49 demonstram os resultados.

Figura 42 – Participação em pesquisas – últimos três anos - visão docente



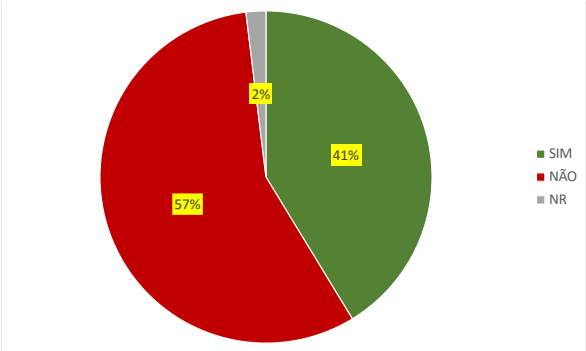
Fonte: autoria própria

Figura 43 – Participação em pesquisas – últimos três anos - visão discente



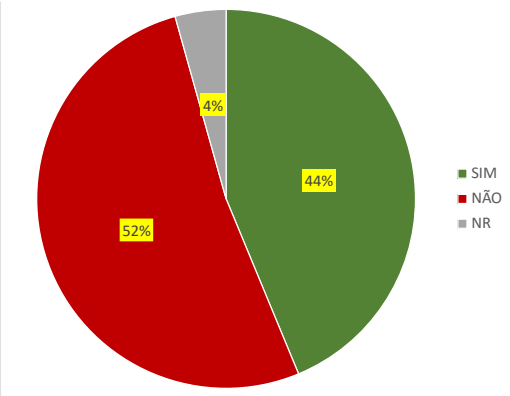
Fonte: autoria própria

Figura 44 – Participação em extensão – últimos três anos - visão docente



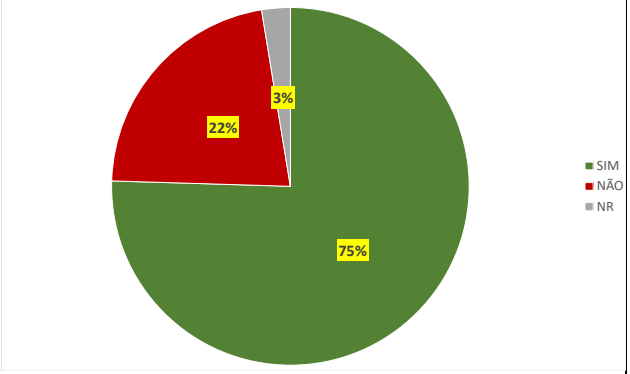
Fonte: autoria própria

Figura 45 – Participação em extensão – últimos três anos - visão discente



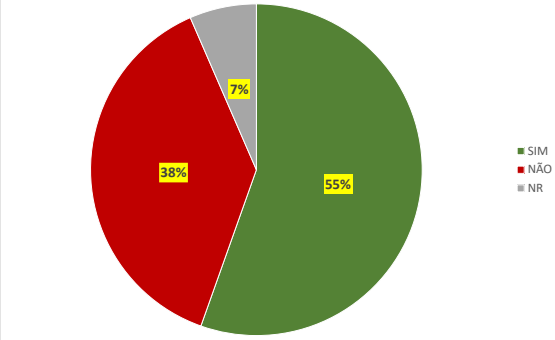
Fonte: autoria própria

Figura 46 – Participação em produção técnica – últimos três anos - visão docente



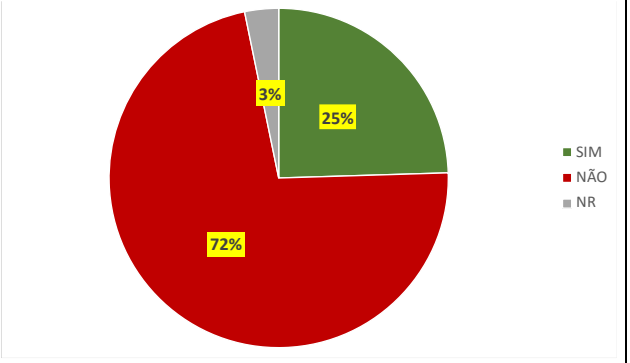
Fonte: autoria própria

Figura 47 – Participação em produção técnica – últimos três anos - visão discente



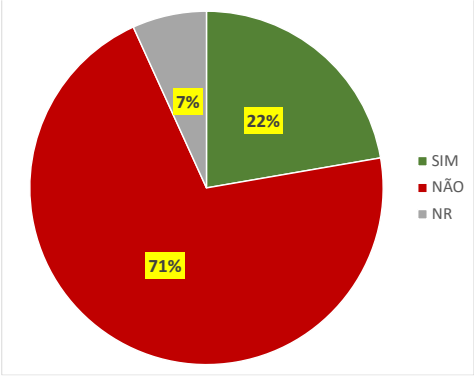
Fonte: autoria própria

Figura 48 – Participação em atividade cultural – últimos três anos - visão docente



Fonte: autoria própria

Figura 49 – Participação em atividade cultural – últimos três anos - visão discente



Fonte: autoria própria

4.2 Percepções docentes e discentes - análise qualitativa

A análise qualitativa enriquece a análise. As aulas práticas e visitas técnicas limitadas durante a fase mais crítica da pandemia do covid-19 são os aspectos mais

citados. Alguns discentes também reforçam que as integrações devem ser mais bem trabalhadas em algumas unidades. Discentes dos tecnológicos ainda se ressentem que alguns docentes não compreendem o perfil do curso que deveria ser menos teórico e mais voltado as demandas do mercado.

Já os docentes destacam que foi complexo durante a pandemia lidar com o ensino e as avaliações de forma remota e que temem os déficits de aprendizagem que podem ter sido gerados. Os docentes também reforçam as limitações que foram enfrentadas nas atividades práticas, especialmente as assistenciais. Por outro lado, alguns acreditam que, de certa forma, fomos forçados a se capacitar tecnologicamente e que isso pode ser a partir de agora utilizado com mais frequência para diversificar métodos de aprendizagem. Por fim, o PCCS e a infraestrutura deficitária são sempre citadas por docentes. Acredita-se que, no próximo ciclo de coleta, tenhamos um resultado bem mais positivo neste aspecto.

4.3 Avaliações do segmento técnico-administrativo.

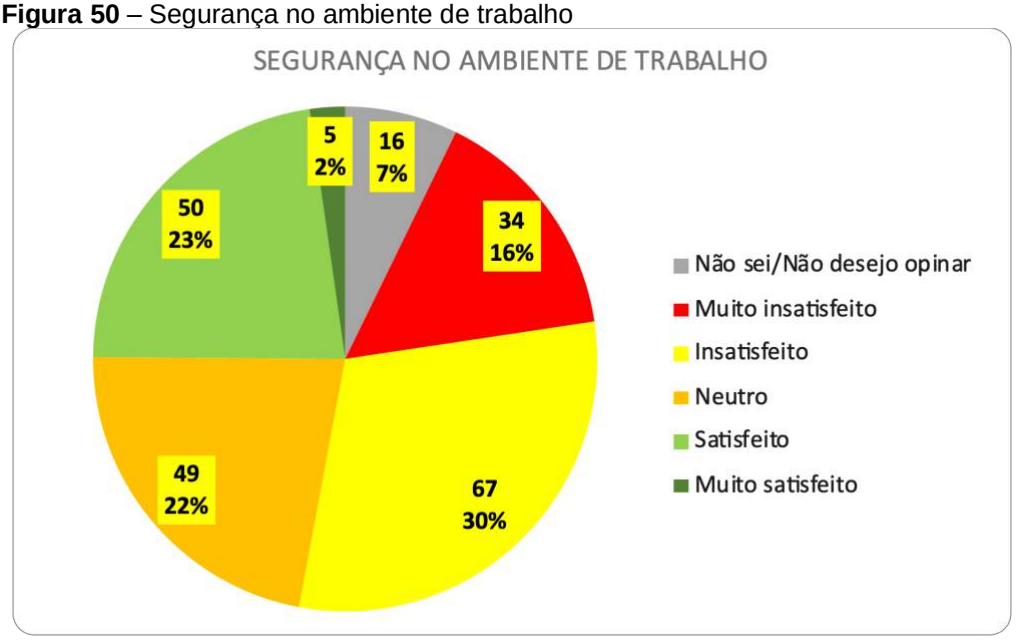
Desde os ciclos anteriores de autoavaliação realizados pela CPA, para atender uma queixa antiga do segmento técnico-administrativo quanto a não se sentir contemplado pelos instrumentos de coleta, tem-se buscado junto à PROGESP e a representantes das unidades assistenciais, ajustar o instrumento para que possamos ampliar o escopo da avaliação em demandas que são elencadas como importantes por eles.

As figuras 50 a 71 ilustram os aspectos examinados das avaliações do segmento técnico-administrativo.

Observa-se uma insatisfação com a maioria dos aspectos. Apenas sistemas, gestão participativa/democrática e atuação da chefia imediata foram bem avaliados pela maioria dos respondentes.

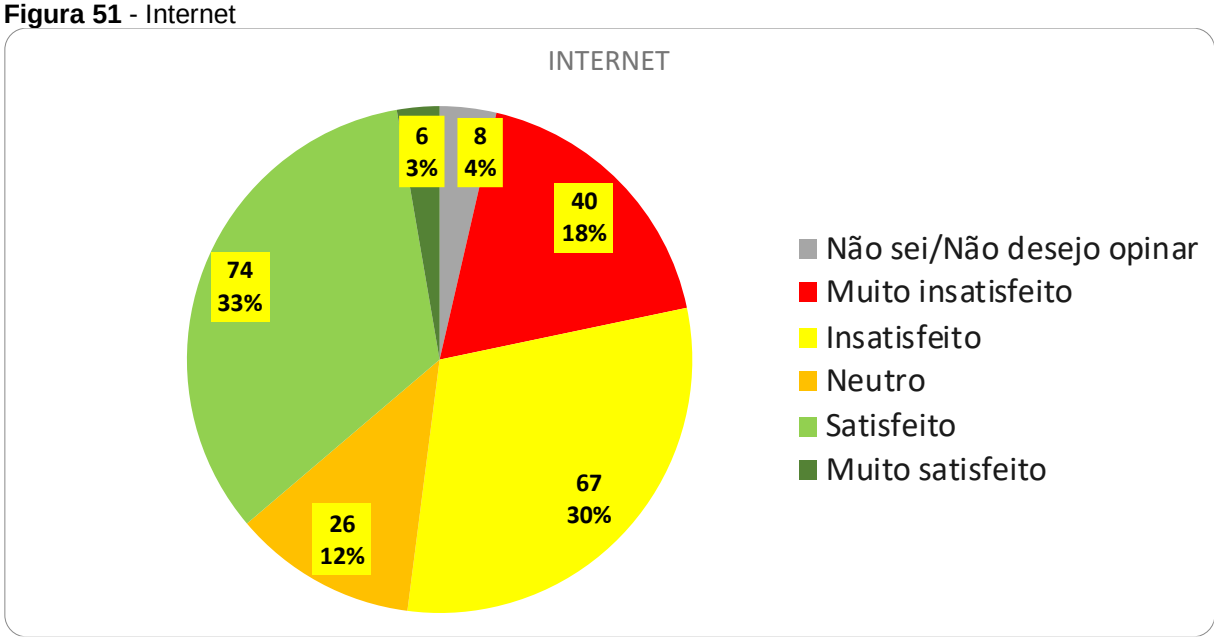
A reforma, em andamento, deve contribuir para que, por enquanto, tenhamos uma piora em vários destes índices coletados. Acredita-se que, no próximo ciclo de coleta, tenhamos um resultado bem mais positivo neste aspecto, pois inúmeras melhorias estão sendo executadas da aquisição de computadores, recursos de acessibilidade, reformas de laboratórios, sala de aulas, investimento em climatização, entre outros.

Figura 50 – Segurança no ambiente de trabalho



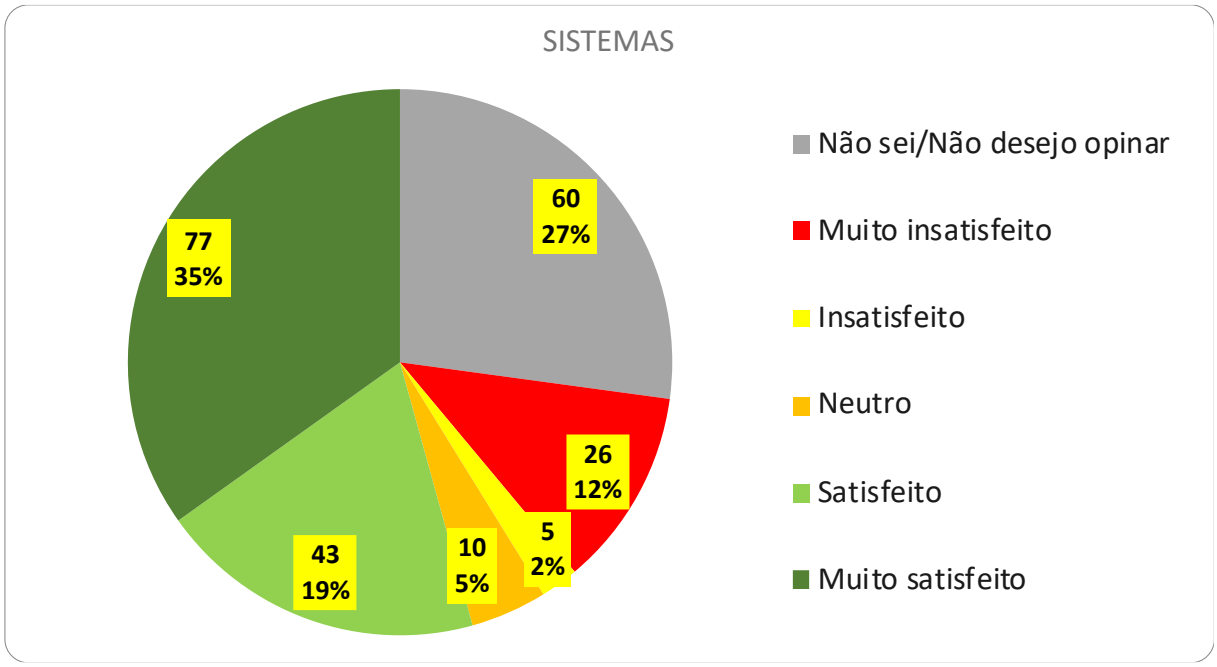
Fonte: autoria própria

Figura 51 - Internet



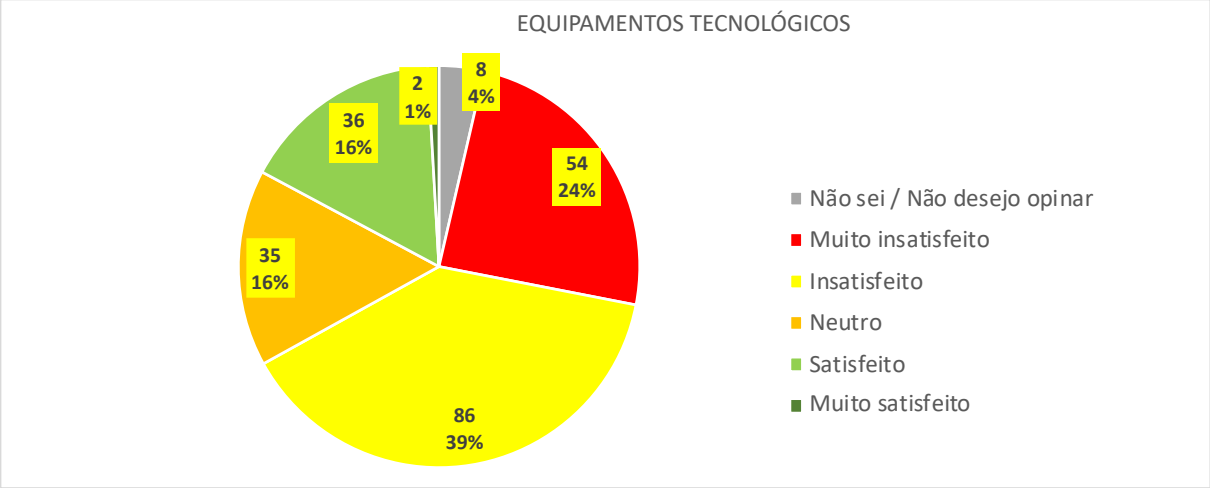
Fonte: autoria própria

Figura 52 - Sistemas



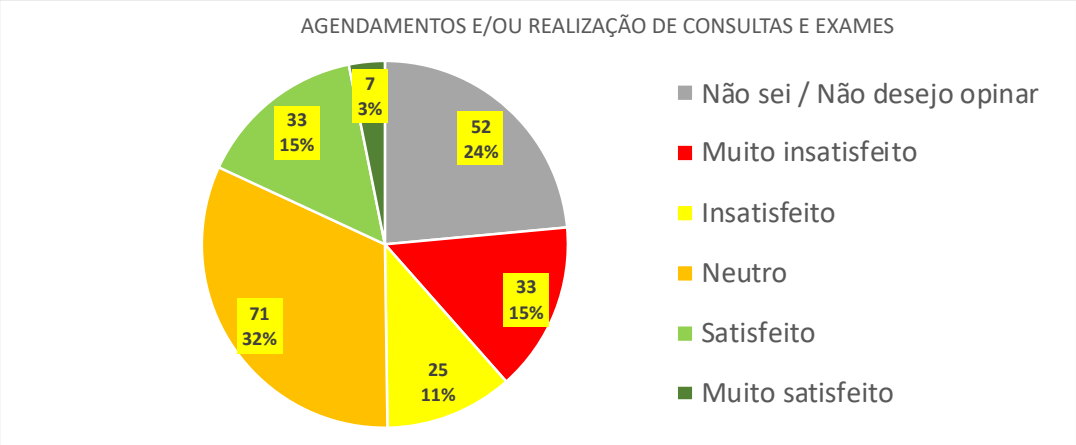
Fonte: autoria própria

Figura 53 – Equipamentos tecnológicos



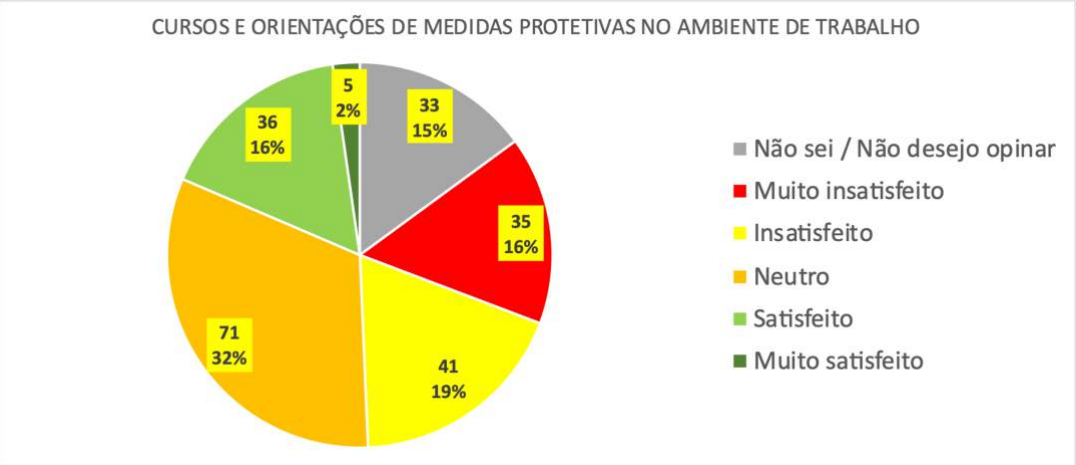
Fonte: autoria própria

Figura 54 – Agendamentos e/ou realização de consultas e exames



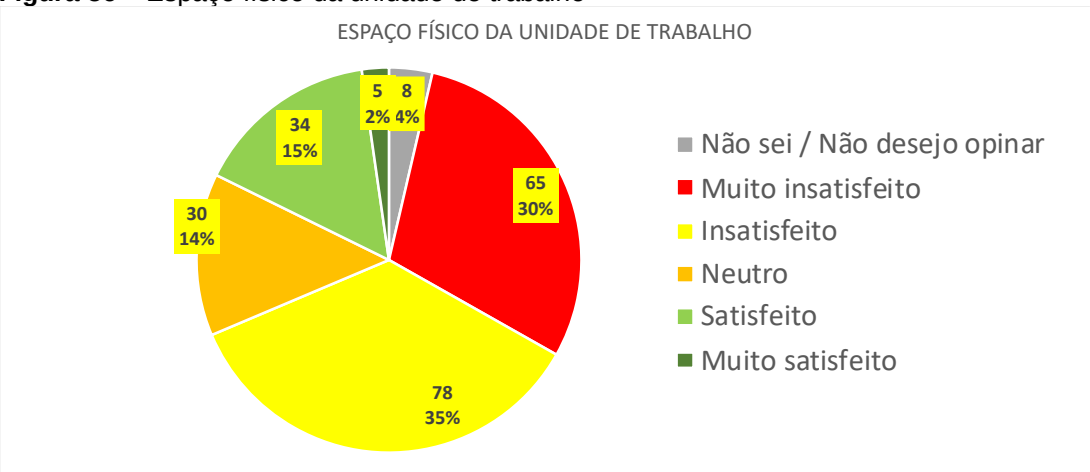
Fonte: autoria própria

Figura 55 – Cursos e orientações de medidas protetivas no ambiente de trabalho



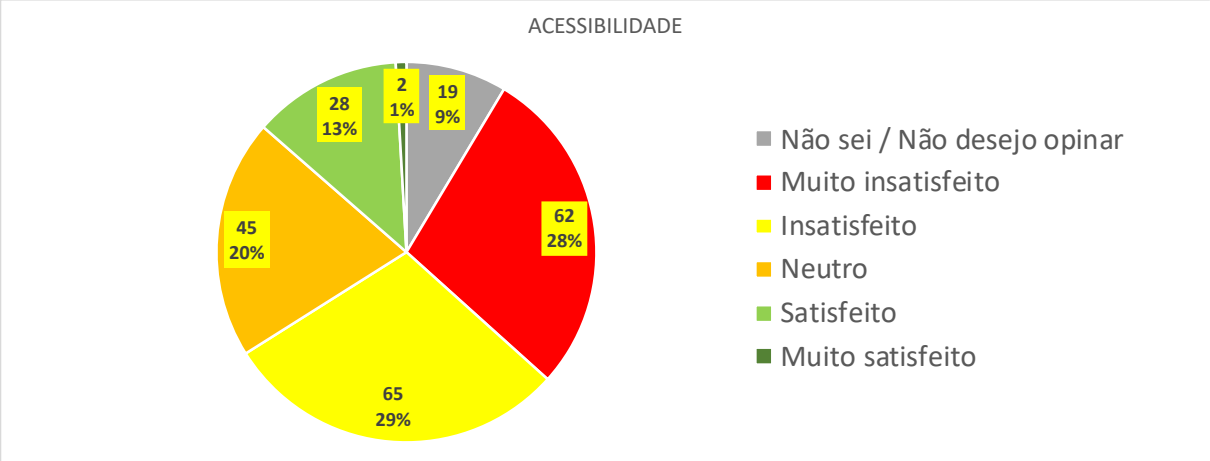
Fonte: autoria própria

Figura 56 – Espaço físico da unidade de trabalho



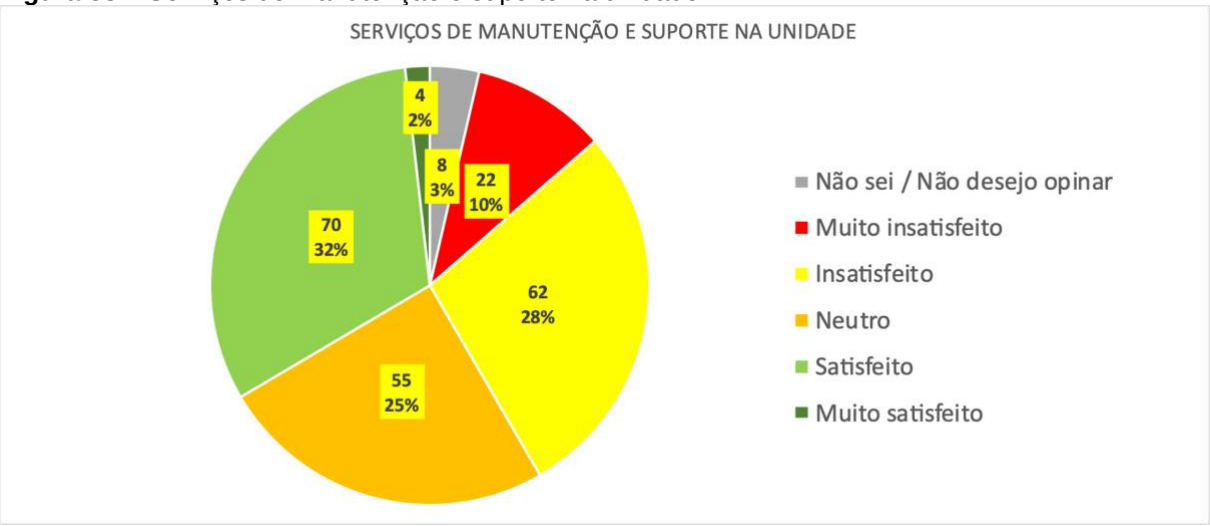
Fonte: autoria própria

Figura 57 - Acessibilidade



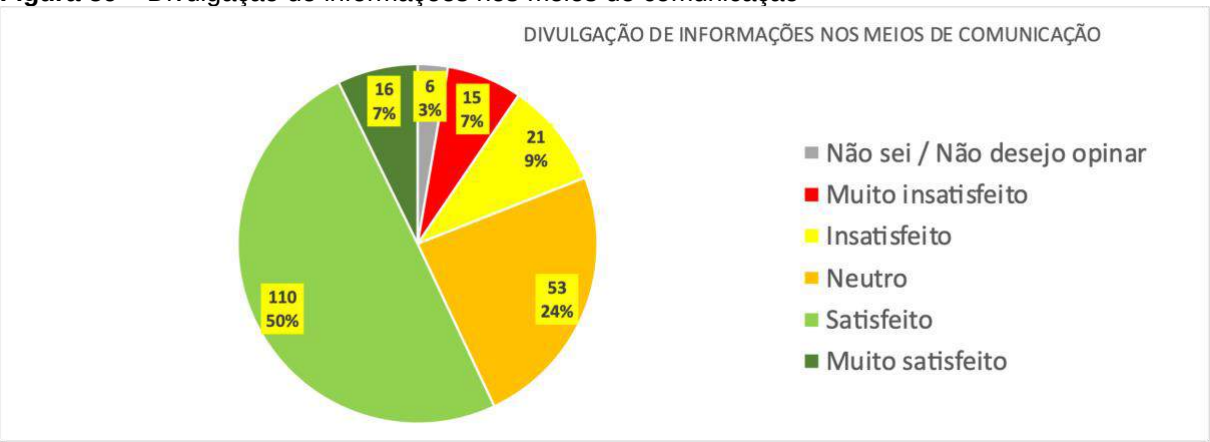
Fonte: autoria própria

Figura 58 – Serviços de manutenção e suporte na unidade



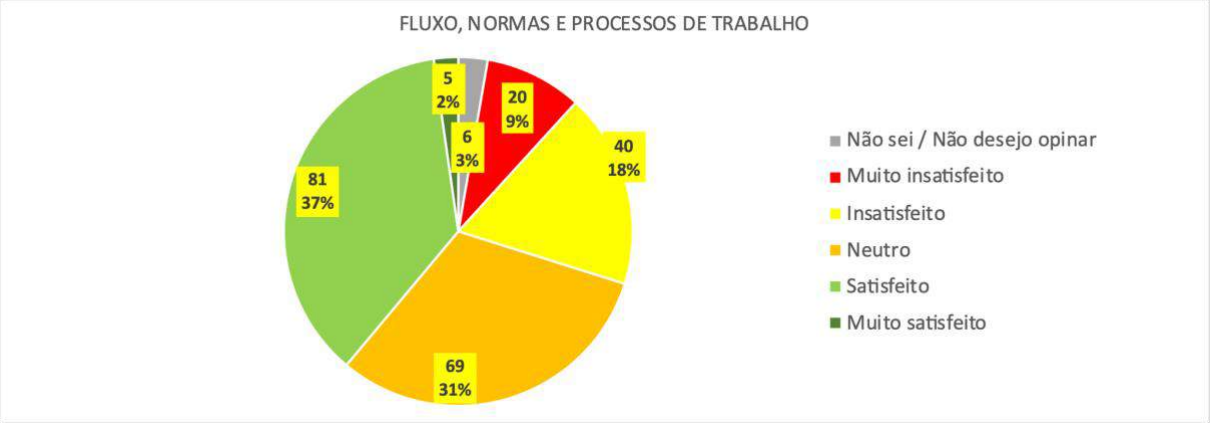
Fonte: autoria própria

Figura 59 – Divulgação de informações nos meios de comunicação



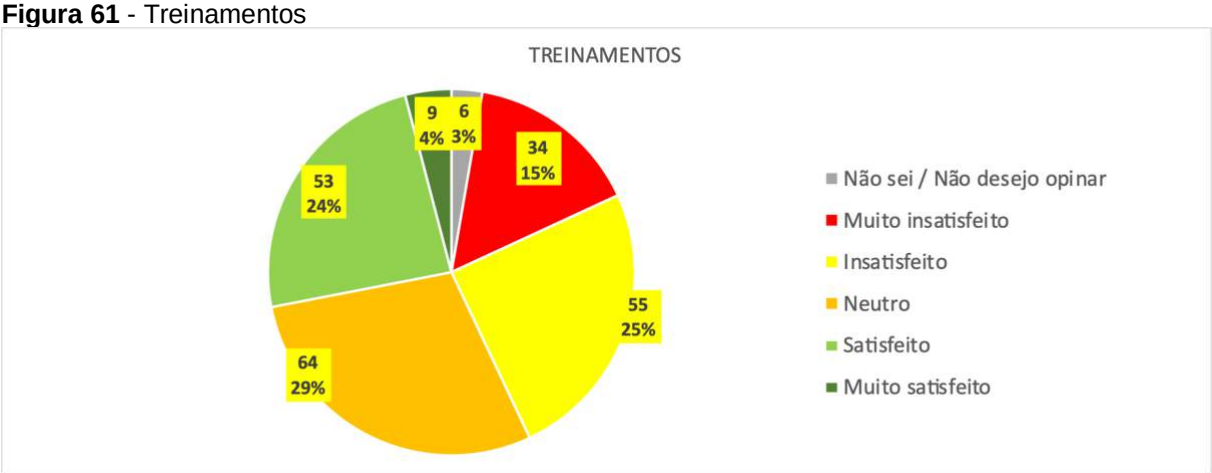
Fonte: autoria própria

Figura 60 – Fluxo, normas e processos de trabalho



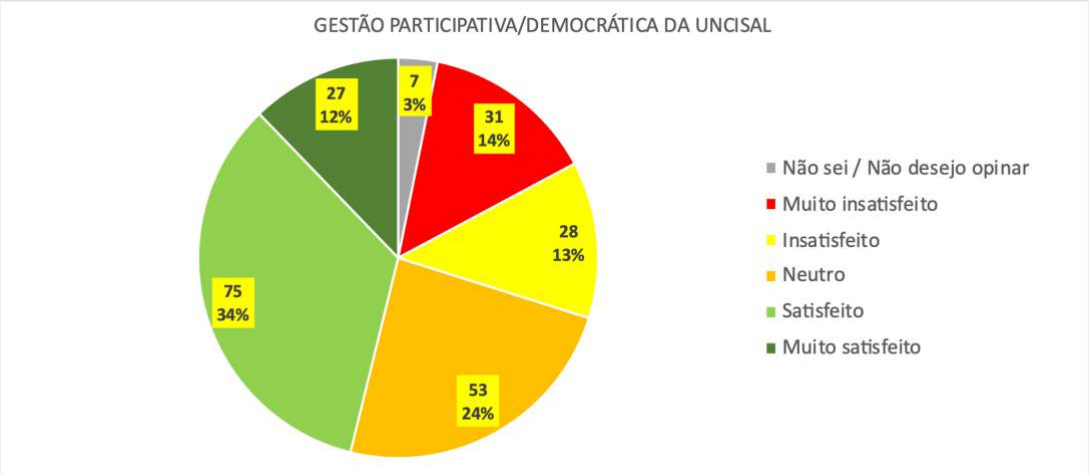
Fonte: autoria própria

Figura 61 - Treinamentos



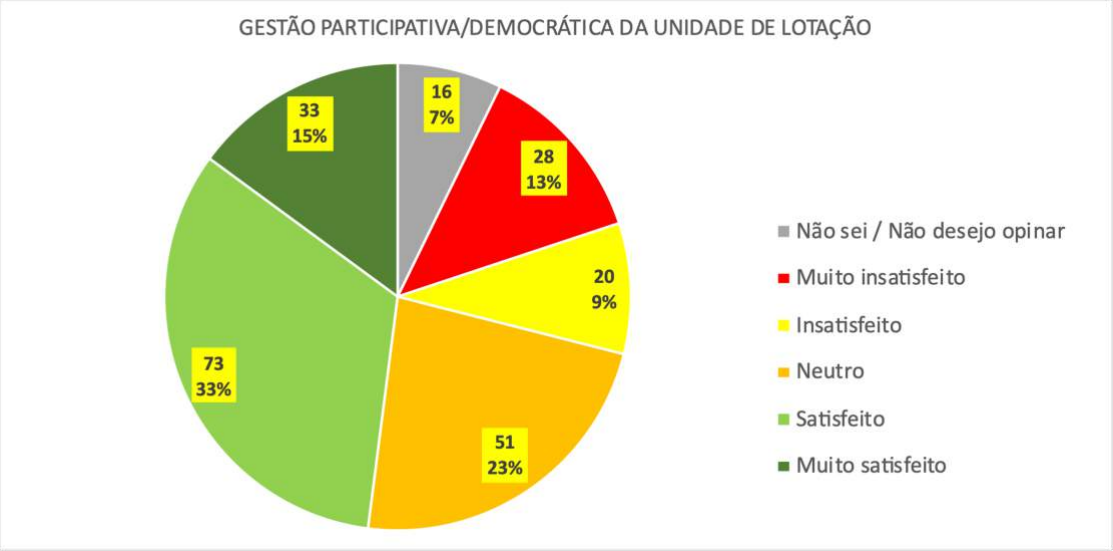
Fonte: autoria própria

Figura 62 – Gestão participativa/democrática da UNCISAL



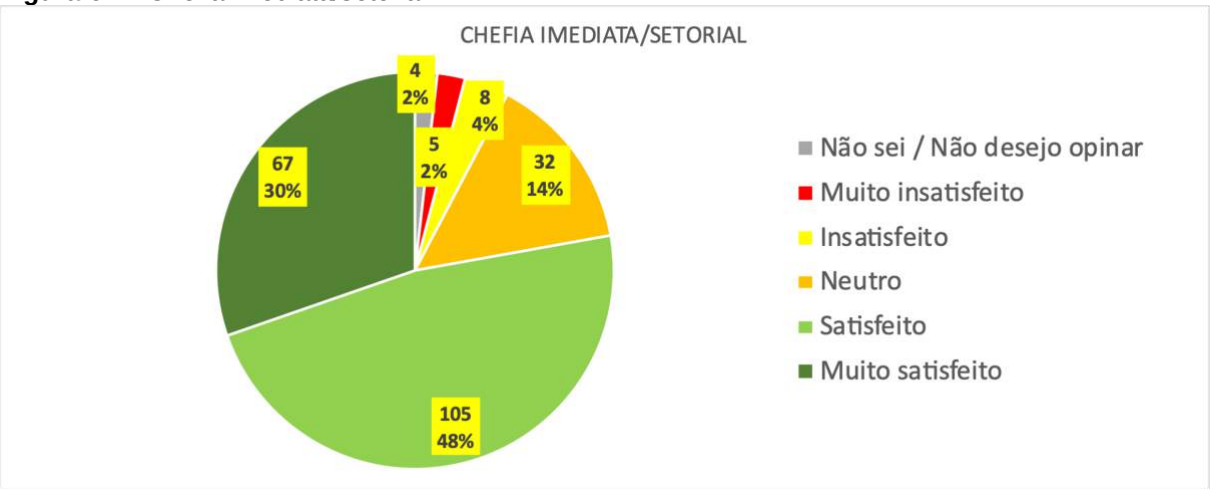
Fonte: autoria própria

Figura 63 – Gestão participativa/democrática da unidade de lotação



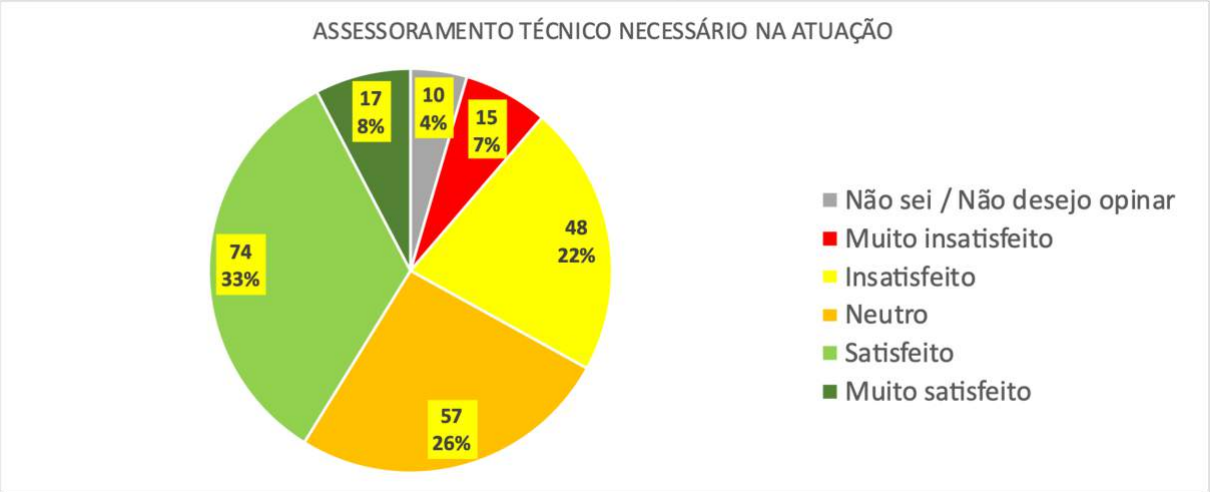
Fonte: autoria própria

Figura 64 – Chefia imediata/setorial



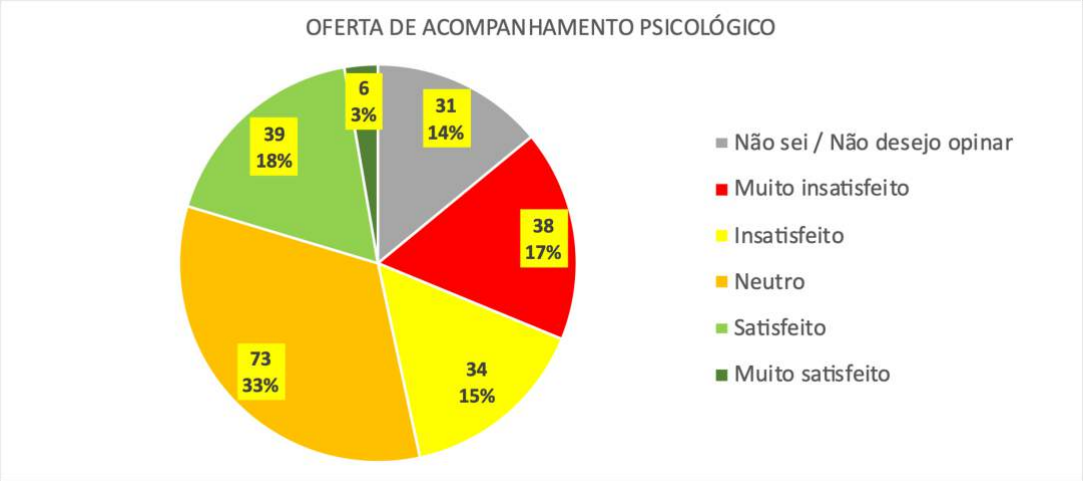
Fonte: autoria própria

Figura 65 – Assessoramento técnico necessário na atuação



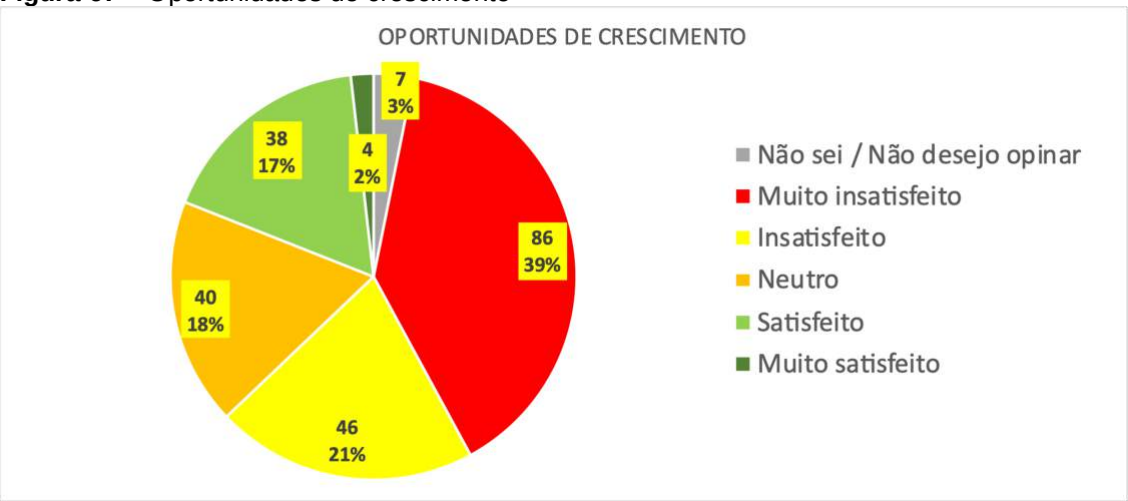
Fonte: autoria própria

Figura 66 – Oferta de acompanhamento psicológico



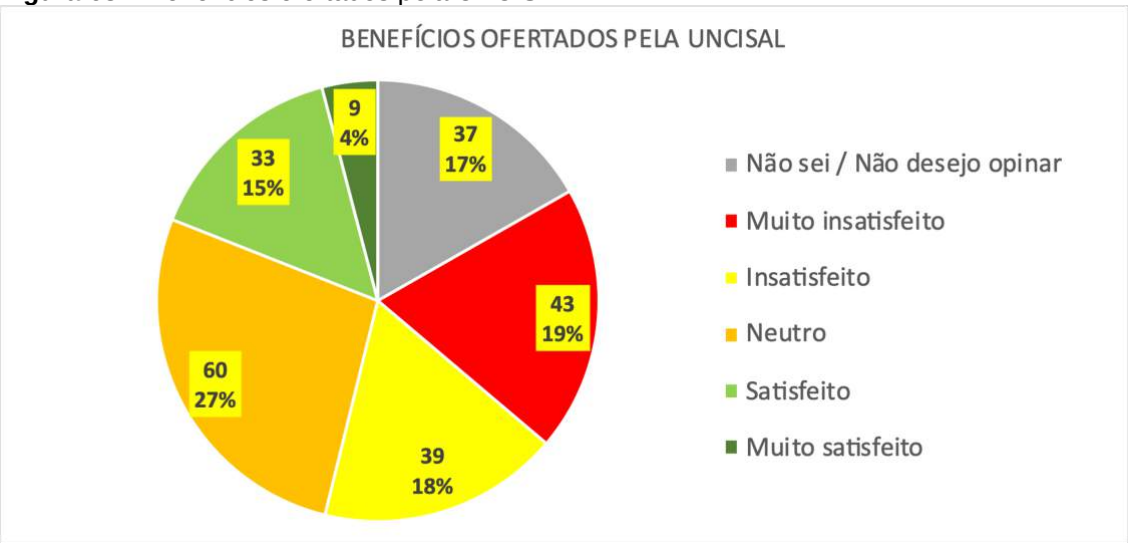
Fonte: autoria própria

Figura 67 – Oportunidades de crescimento



Fonte: autoria própria

Figura 68 – Benefícios ofertados pela UNCISAL



Fonte: autoria própria

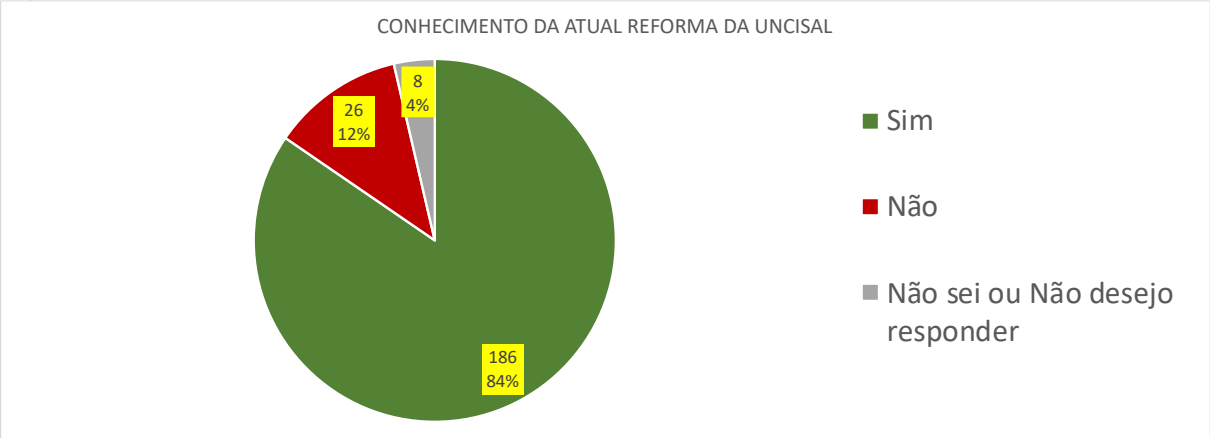
A figura 69 ilustra a insatisfação com o plano de cargos e carreiras da UNCISAL que necessitava realmente de reestruturação, mas que não se conseguiu durante muitos anos junto ao governo estadual as mudanças que agora foram aprovadas por ocasião da redação desse relatório.

Figura 69 – Plano de cargos e carreiras

Fonte: autoria própria

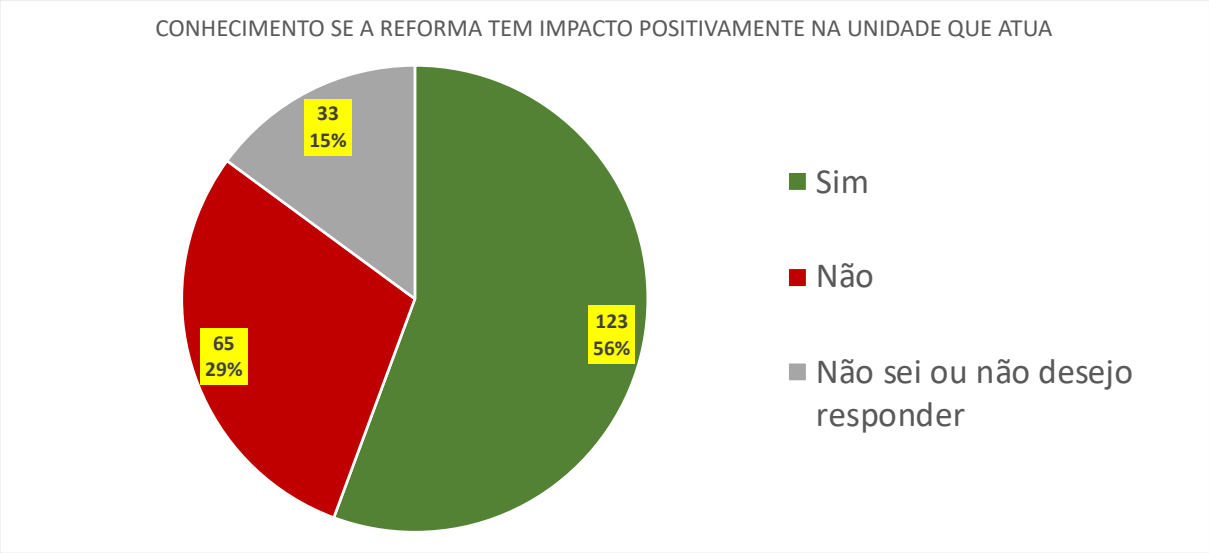
As figuras 70 e 71 finalizam a análise demonstrando que os servidores respondentes conhecem a reforma e os impactos positivos que serão obtidos na sede e unidades assistenciais.

Figura 70 – Conhecimento da atual reforma da UNCISAL



Fonte: autoria própria

Figura 71 – Conhecimento se a reforma tem impacto positivamente na unidade que atua



Fonte: autoria própria

4.6 Percepções do segmento técnico-administrativo - análise qualitativa

A análise qualitativa enriquece as percepções coletadas. As queixas do ciclo anterior se repetem. As principais são sobre infraestrutura e do plano de cargos e salários que se encontrava bastante defasado. A lei do novo PCCS foi sancionada por ocasião da redação desse relatório. Quanto à infraestrutura, a reforma em andamento deve resolver vários problemas antigos.

Outras queixas citadas: faltam oportunidades para crescimento; uma melhor distribuição de servidores nos setores; um acompanhamento do desempenho dos servidores que faltam ou não se dedicam ao trabalho e sobrecarregam os demais; valorização dos servidores que se dedicam a instituição com métricas alinhadas ao desenvolvimento institucional; uma gestão de pessoas mais humanizada incluindo as mudanças de setores claramente justificadas.

Quanto aos processos de trabalho: maior integração e comunicação dos diferentes setores para celeridade nas respostas aos processos; mais treinamento nos fluxos de processos internos e melhoria deles, quando cabíveis; mais investimento em capacitação de servidores; falta de autonomia aos servidores em alguns setores e alguns se queixam de uma gestão mais participativa.

Quanto à infraestrutura citam: uma estrutura física e tecnológica modernizadas na sede e unidades. Chamam atenção em especial para Santa Mônica e Portugal

Ramalho. Que existe falta constante de medicamentos e/ou correlatos e outros insumos; prontuário eletrônico ainda não foi implantado em algumas unidades. E gostariam que houvesse solução de estacionamento para os funcionários em geral.

Por fim, se queixam da ausência de descentralização de recursos financeiros e de processos de compras lentos e que, às vezes, não se concretizam.

Observa-se, portanto, inúmeros desafios a serem cumpridos quanto às demandas dos servidores.

5 INICIATIVAS A SEREM DESENVOLVIDAS PELA CPA

A CPA, com apoio da Coordenação de Ações Estratégicas (CAE) e da gestão superior, tem promovido uma série de ações de autoavaliação com todos os segmentos. Os resultados obtidos nos ciclos avaliativos subsidiam o planejamento de ações e a definição de prioridades para a superação das dificuldades.

A partir da análise dos resultados da autoavaliação, as metas incluídas no Planejamento do Desenvolvimento Institucional 2020-2024 para melhoria do processo de autoavaliação da instituição, que devem ser realizadas/acompanhadas pela CPA em parcerias com as Pró-Reitorias e com o CAE, tornando a cultura de autoavaliação institucionalizadas, são:

- ✓ Capacitar a gestão/docentes/discentes/técnicos nos seus diversos níveis para que haja apropriação dos indicadores do SINAES e de suas métricas;
- ✓ Estabelecer /Revisar processos de avaliação contínuas e sistemáticas de medição dos indicadores;
- ✓ Implantar a coleta de dados também da percepção dos indicadores pela comunidade externa;
- ✓ Estabelecer processos de divulgação dos resultados das avaliações contínuas e sistemáticas de medição dos indicadores com periodicidade, no mínimo, anual;
- ✓ Estabelecer processos de implementação de ações a partir dos resultados das avaliações contínuas e sistemáticas de medição dos indicadores.
- ✓ Acompanhar o cumprimento dos planos de ação relacionados aos resultados obtidos nas avaliações;
- ✓ Divulgar os avanços obtidos através da execução dos planos.

- ✓ Realizar consultas periódicas à comunidade acerca dos planos e resultados obtidos;
- ✓ Registrar e encaminhar respostas aos setores responsáveis.

6 LIMITAÇÕES DA PESQUISA E DA CONFECÇÃO DO RELATÓRIO PARCIAL

Em virtude dos desafios que a instituição enfrentou durante a pandemia, não apenas como instituição pública que atende discentes em situação de vulnerabilidade social, mas também instituição publica da saúde atuante no enfrentamento da pandemia, o período de coleta não pôde ser estendido da forma que desejaríamos. No entanto, conseguimos cumprir a meta de ter amostras representativas de cada segmento. Recomendamos a leitura dos relatórios anteriores, pois foram construídos sempre com base em todos os indicadores SINAES, o que permite uma visão robusta da autoavaliação institucional.

Por outro lado, até 2019, o instrumento por ter sido construído composto por todos os indicadores SINAES ficava longo e exaustivo. De forma a corrigir esse aspecto, nos processos de coleta seguintes, o mapeamento tem sido planejado a partir dos objetivos a serem cumpridos nos ciclos anuais, de acordo com o planejamento estratégico realizado pela gestão da IES. No ano de 2020, por exemplo, tivemos o foco direcionado para ações relacionadas à pandemia de covid-19.

Como já citado anteriormente, em 2021, para os segmentos docentes e discentes, optamos por adotar para esse ciclo, a temática central das políticas acadêmicas com ênfase no processo de ensino-aprendizagem por entendermos que as demais dimensões foram bem exploradas nos ciclos anteriores e as ações de melhoria encontram-se em execução. A ênfase nos processos de ensino-aprendizagem foi identificada em reuniões de câmara e de fóruns dos núcleos docentes estruturantes, com o objetivo de que possamos, a partir dos resultados dessa experiência, sistematizar um processo de escuta e acompanhamento mais detalhado e contínuo dos diversos cursos da IES.

Para o segmento técnico-administrativo, optamos por continuar a utilizar um instrumento abrangente por entendermos que necessitamos ainda ampliar a escuta sobre as demandas e prioridades de ações de melhoria na percepção do segmento.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

> "Nenhum homem é uma ilha, isolado em si mesmo; todos são parte do continente, uma parte de um todo. Se um torrão de terra for levado pelas águas até o mar, a Europa ficará diminuída, como se fosse um promontório, como se fosse o solar de teus amigos ou o teu próprio; a morte de qualquer homem me diminui, porque sou parte do gênero humano. E por isso não pergunte por quem os sinos dobram; eles dobram por vós".
>
> John Donne, Meditações VII

A institucionalização de um processo autoavaliativo institucional é um desafio e, ao mesmo tempo, uma oportunidade de amadurecimento e evolução da universidade. Acreditamos que o conhecimento de nossas potencialidades e fragilidades, reforça constantemente a consolidação de nossas competências organizacionais. Que os resultados desse processo, conduzam as ações de melhorias efetivas, buscando que que caminhemos alinhados com a missão da nossa instituição.

Mas, para além disso, que a pandemia do covid-19 tem nos feito refletir que somos parte de uma civilização que clama por mais igualdade de condições sociais e econômicas com ênfase em saúde, pesquisa, tecnologia e educação. E isso somente é possível com planejamento e priorização de investimentos nestas áreas, não somente no âmbito da gestão institucional, mas da gestão federal, estadual e municipal. Os indicadores colhidos, durante os diversos ciclos de coleta da CPA, mapeiam as demandas e podem efetivamente nortear ações de melhoria caso se compreenda que a prioridade da nação é realmente saúde, pesquisa, tecnologia e educação.

REFERÊNCIAS

ALAGOAS. Decreto n. 4.160, de 16 de julho de 2009. Aprova o Estatuto da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas – UNCISAL e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de Alagoas, Maceió, AL, 17 jul. 2009. Disponível em: <http://www2.UNCISAL.edu.br/novoportal/downloads/57/estatutoUNCISAL.pdf >. Acesso em: 20 mar. 2015.

ALAGOAS. Decreto Nº 73.754, de 6 de março de 1974. Concede reconhecimento ao curso de Medicina da Escola de Ciências Médicas de Alagoas, mantida pela

Sociedade Civil Escola de Ciências Médicas de Alagoas, com sede na cidade de Maceió, Estado de Alagoas. Diário Oficial do Estado de Alagoas, Maceió, AL, 8 mar. 1974. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-73754-6-marco-1974-422375-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 27 jan. 2015.

ALAGOAS. Lei Delegada Nº 44, de 8 de abril de 2011. Define as áreas, os meios e as formas de atuação do Poder Executivo do Estado de Alagoas, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de Alagoas, Maceió, AL, 9 abr. 2011. Disponível em: http://www.periciaoficial.al.gov.br/legislacao/leis-1/LEI%20DELEGADA%20No%2044-%20DE%208%20DE%20ABRIL%20DE%202011.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2015.

ALAGOAS. Lei Nº 5.247, de 26 de julho de 1991. Institui o regime jurídico único dos servidores públicos civis do Estado de Alagoas, das Autarquias e das Fundações Públicas Estaduais. Diário Oficial do Estado de Alagoas, Maceió, AL, 26 jul. 1991. Disponível em: <http://www.gabinetecivil.al.gov.br/legislacao/leis/leis-ordinarias/1991/lei%20ordinaria-5247>. Acesso em: 29 jan. 2015.

ALAGOAS. Lei Nº 6.145, de 13 de janeiro de 2000. Dispõe sobre as diretrizes básicas para a reforma e organização do Poder Executivo do Estado de Alagoas, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de Alagoas, Maceió, AL, 13 jan. 2000. Disponível em: <http://www.semarh.al.gov.br/institucional/legislacao-documentos/lei6145.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2015.

ALAGOAS. Lei Nº 6.351, de 9 de janeiro de 2003. Reestrutura a Fundação Universitária de Ciências da Saúde de Alagoas Governador Lamenha Filho – UNCISAL. Diário Oficial do Estado de Alagoas, Maceió, AL, 10 jan. 2003. Disponível em: <http://www.gabinetecivil.al.gov.br/legislacao/leis/leis-ordinarias/2003/lei-ordinaria-6351>. Acesso em: 8 abr. 2015.

ALAGOAS. Lei Nº 6.660, de 28 de dezembro de 2005. Dispõe sobre a Reestruturação da Fundação Universitária de Ciências da Saúde de Alagoas Governador Lamenha Filho - UNCISAL, como Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas - UNCISAL e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de Alagoas, Maceió, AL, 28 dez. 2005. Disponível em: <http://www.gabinetecivil.al.gov.br/legislacao/leis/leis-ordinarias/2005/lei-ordinaria-6660>. Acesso em: 8 abr. 2015.

ALAGOAS. Lei Nº 7.598, de 3 de abril de 2014. Altera a Lei Estadual Nº 6.436, de 29 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a estruturação e o sistema de remuneração das carreiras do magistério superior, analista em saúde, analista administrativo, gestor em planejamento de saúde, assistente em serviços de saúde e auxiliar em serviços de saúde, da Fundação Universitária de Ciências da Saúde de Alagoas Governador Lamenha Filho - UNCISAL, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de Alagoas, Maceió, AL, 4 abr. 2014.

Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/68645573/doeal-diario-oficial-04-04-2014-pg-10>. Acesso em: 8 abr. 2015.

BRASIL. Decreto Nº. 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm>. Acesso em: 20 mar. 2015.

BRASIL. Decreto Nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 11 mar. 2015.

BRASIL. Decreto Nº 5.773, de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Disponível em: <http://www2.mec.gov.br/sapiens/portarias/dec5773.htm>. Acesso em: 11 mar. 2015.

BRASIL. HumanizaSUS: política nacional de humanização / Ministério da Saúde, Secretaria-Executiva, Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. Brasília: Ministério da Saúde, 2003. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/humanizaSus.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2015.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em: 20 mar 2015.

BRASIL. Lei Nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 14 abr. 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.861.htm. Acesso em: 20 mar. 2015.

BRASIL. Lei Nº 11.788, de 25 de Setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 25 set. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm>. Acesso em: 13 maio 2015.

BRASIL. Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial [da] República

Federativa do Brasil, Brasília, DF, 25 jun. 2014. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>. Acesso em: 29 abr. 2015.

BRASIL. Lei Nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 17 mar. 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm>. Acesso em: 13 maio 2015.

BRASIL. Lei Nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 19 set. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm>. Acesso em: 13 maio 2015.

BRASIL. Lei Nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 9 dez. 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8745cons.htm>. Acesso em: 13 maio 2015.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto Conselho Nacional de Educação. Orientação para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação, Parecer 776 de 03 de dezembro de 1997. Brasília, DF. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12986. Acesso em: 15 junho 2015.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Extensão Universitária: organização e sistematização / Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras; organização: Edison José Corrêa. Coordenação Nacional do FORPROEX. -- Belo Horizonte: Coopmed, 2007. Disponível em: <http://www.proec.ufpr.br/downloads/extensao/2011/legislacao_normas_documentos/extensao%20universitaria%20forproex%20organizacao%20e%20sistematizacao.pdf>. Acesso em: 13 maio 2015.